

TRANSCRIÇÃO DA SESSÃO

17 | MARÇO | 2017



RICARDO REIS



DANIEL BESSA



PAULO FERREIRA

O FUTURO (PRÓXIMO) DA ECONOMIA PORTUGUESA





O FUTURO PRÓXIMO DA ECONOMIA PORTUGUESA



JOSÉ EDUARDO CARVALHO

Um agradecimento aos oradores desta sessão, integrada nas comemorações dos 180 anos da AIP.
Uma saudação especial a Miguel Cadilhe e a Eduardo Catroga, porventura dois dos melhores ministros das Finanças da terceira República.

Esta sessão vai servir de teste ao modelo de organização da segunda Convenção Empresarial da AIP, que se realizará em Outubro.

O mercado está saturado de seminários, congressos, etc., realizados por associações empresariais, sindicatos, fundações, bancos, universidades e jornais. Todos fazem apelos lancinantes para mobilizarem assistência. Se repararem bem, no formato, modelo e características desses eventos, concluem que não mudam há 50 anos: oradores em palco, uma mesa (há 10 anos introduziu-se um sofá), participantes em plateia. Os oradores falam sem qualquer controlo de tempo, o que é um desrespeito para quem assiste. Alguns nem preparam as intervenções. Os participantes quando entram no debate público fazem intervenções quase com a mesma duração das dos oradores. Não se limitam a colocar questões ou solicitar esclarecimentos. Ouvem-se a eles próprios. Não fazem intervenções concisas e sumárias. Por outro lado, permanece um formalismo anacrónico. Se por acaso estiverem nessas sessões, doze pessoas com responsabilidades públicas e, se porventura, o discurso de abertura for feito por quatro personalidades, multiplicam-se 48 referências de vocativos. Um formalismo risível e caricato. E quanto à duração das sessões, só terminam quando metade da sala a abandona.

Com o modelo e formato que hoje vamos implementar, queremos evitar as situações descritas. Obviamente já com sugestões de melhoria, será o modelo que iremos utilizar na Convenção Empresarial.

Espero sinceramente que gostem do conteúdo e formato do debate. Obrigado por terem vindo.



PAULO FERREIRA

Bom dia. Já perceberam que a questão do tempo agora é comigo. Vou ter de o controlar. Passo a apresentar os oradores:

RICARDO REIS, economista, 38 anos, estudou na London School of Economics, no Reino Unido, é doutorado na Harvard University, nos EUA, leccionou na Princeton University, na Columbia University e actualmente na London School of Economics. Especialista em macro economia, economia monetária e financeira. Neste momento é consultor e conselheiro de vários bancos centrais. É esta a sua área de especialidade, que é muito desafiante, pela actualidade e pelos assuntos que têm estado na ordem do dia.

DANIEL BESSA, economista sobejamente conhecido, 68 anos, licenciado pela Universidade de Economia, no Porto, presidente do conselho fiscal de várias empresas, administrador não executivo da Amorim Turismo, administrador

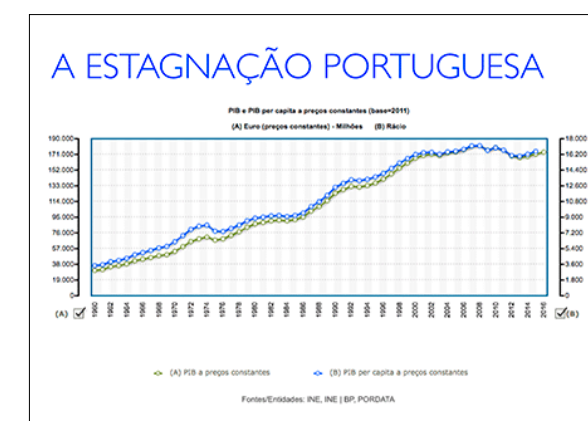
da Fundação Bial, professor de economia na Porto Business School. Foi director-geral da COTEC, entre outras variadíssimas funções.

Esta nossa sessão vai ser informal, não vou tratar ninguém pelos títulos académicos mas sim pelo nome. Vamos assistir primeiro a uma apresentação de Ricardo Reis, que depois será comentada por Daniel Bessa, ao que se seguirá uma conversa a três, que depois abrirei à plateia. Ricardo Reis, o palco é seu.



RICARDO REIS

Obrigado a todos pela presença, em particular ao presidente da AIP por ter organizado este evento. Vou tentar manter-me muito rigoroso em termos de tempo. O tópico da sessão não é tanto o passado, o que aconteceu na economia portuguesa, mas antes o futuro, o que irá acontecer. E para falar do futuro, tendo em conta que é o grande ênfase em termos de discussão pública, irei falar sobre investimento. E porquê? Porque, quando olhamos para a longa estagnação portuguesa, constatamos que a economia portuguesa cresceu bastante bem desde a década de sessenta. Cresceu de uma forma continuada durante 40 anos. Mas chegamos ao ano 2000, com a entrada no euro, pára de crescer e estagna. Atinge-se um plateau em termos de progresso económico, o que não é normal numa economia desenvolvida.



Desde o ano 2000, no conjunto de todos os países da OCDE, Portugal é o segundo país com pior performance de sempre, nos últimos 60 anos. Pior só a Itália, e por 0,1%. Dá para ver quão mau tem sido o desempenho da economia portuguesa.

Porque é que a economia não cresceu nos últimos 16 anos? Os factores keynesianos, de procura agregada, ou estímulos à procura, que tanto foram falados há cerca de um ano, são, na melhor das hipóteses, marginais. Os factores que têm a ver com o declínio demográfico da mão-de-obra, ou mesmo a emigração que tivemos nos últimos anos, são novamente importantes, mas não tanto.

Quando olhamos para os dados vemos dois factos que explicam todo este declínio: a produtividade e o investimento, ou a falta dele.

A produtividade é muito importante entre 2000 e 2008 e, sobretudo desde 2010, verifica-se uma estagnação absoluta do stock de capital que existe na economia portuguesa.

Quando tentamos perceber o porquê desta estagnação, porque é que isto aconteceu em 2000, várias hipóteses têm sido propostas ao longo dos anos. Muitas delas, em minha opinião, insuficientes. Uma é que a culpa desta estagnação teria sido a entrada no euro com uma taxa de câmbio demasiado elevada. Outra versão diz que teria a ver com concorrência internacional, da China e da Europa de Leste.

É uma explicação tentadora, em 2004, mas difícil de sustentar em 2017. Ao fim de 17 anos, a taxa de câmbio real, através de ajustamentos de salários e outros, já teve mais do que tempo para se adaptar. É impossível ficar 17 anos em estagnação, porque a taxa de câmbio teria sido ligeiramente mais alta, ou mais baixa no ano de 1999.

Em segundo lugar, há os factores referidos por todos os relatórios sobre a economia portuguesa que apontam baixa escolaridade, uma justiça lenta, más práticas de gestão. Só que o problema destas explicações é que justificam o porquê de sermos mais pobres que a Alemanha e não explicam porque é que a Alemanha cresceu muito mais que nós. Não explicam os 17 anos, apenas o nosso nível absoluto.

Em terceiro lugar, despesa pública elevada, maus governantes, talvez mesmo uma má cultura política. O problema é que desde 2000, a Itália está tal e qual como nós. A Espanha, a Grécia e a Irlanda tiveram experiências muito diferentes de despesa pública, tiveram experiências muito diferentes em termos de Governo, têm culturas mesmo algo diferentes e, no entanto, em todos há uma estagnação da produtividade e do investimento europeu. Portanto, este não é um problema só português nesse sentido.

Por fim, em quarto lugar, falta de poupança das famílias, que gera a falta de capital. A dificuldade em dizer que a culpa foi das famílias que deixaram de poupar é que confunde a causa com a consequência. Quando uma economia deixa de crescer em 2000 mas as pessoas querem manter o seu nível de vida e de consumo, fazem o que vem nos manuais de economia, ou seja, pedem emprestado. Não podemos dizer que foi a falta de poupança que levou à falta do crescimento da produtividade, porque a própria falta do crescimento da produtividade leva as pessoas a pedirem emprestado de forma a tentarem aligeirar ou alisar as consequências dessa austeridade. Não se pode dizer que esta variável seja a causa. Mas, ao contrário, a consequência.

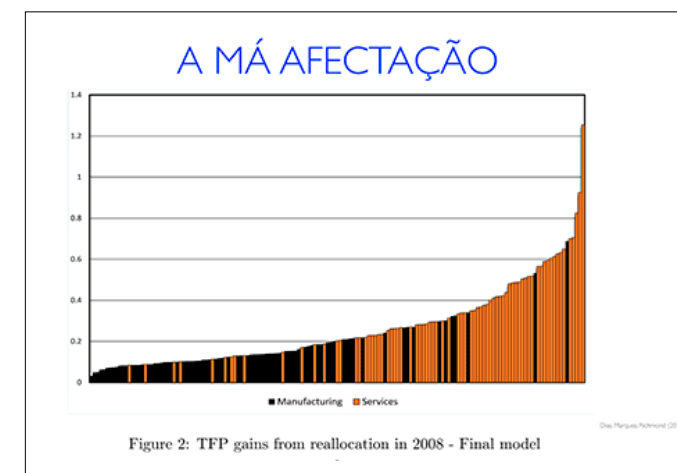
O que explica em parte a estagnação, como apontou Vítor Bento, de forma bem assertiva, e também Miguel Cadilhe assinalou, foi o crescimento dos bens não transaccionáveis. Há um grande aumento deste sector na economia, que cria regras, que não precisa de ser competitivo, exactamente por não ser transaccionável, e que se aproveita da protecção do Estado, de forma a proteger-se.

A má afectação do capital torna-se muito clara em Portugal. O que é que muda em 2000 com a entrada no euro? Não é a taxa de câmbio em si, não é termos o Banco Central Europeu. É o termos acesso a um enorme mercado de capitais europeus, capitais esses que entram em massa no país. Portugal pede emprestado pelo mundo fora. E lembremo-nos que em 1995, quando sonhávamos com o euro, isto era uma coisa muito positiva. A ideia era exactamente criar um mercado de capitais para permitir a países pobres recolher os fundos para investirem e crescerem. Esses fundos vieram e foram aplicados numa série de sectores muito pouco produtivos.

De onde vem esta má afectação? Por um lado, do sector financeiro. Verificou-se, na grande maioria do sector, que houve um enorme empréstimo para sectores que conseguem oferecer garantias. A análise do crédito é determinada pela análise do valor da garantia e não pela análise do valor dos cash-flows, dos lucros, do que vai ser gerado. Como tal, há um enviesamento para o sector imobiliário e da construção. Simplesmente porque é um sector que tem garantias reais e sobre as quais é fácil tomar controlo.

No sector público, há uma enorme intervenção do ministério da Economia, e mesmo de outros, para manter vivas empresas e proteger o emprego. Mas ao fazê-lo, muitos grupos, que deviam ter fechado muito mais cedo, mantem-se durante anos a absorver recursos sem os libertarem para novas empresas que sejam mais inovadoras.

Nos mercados há uma rigidez laboral que torna muito difícil fechar, ou diminuir o tamanho das empresas. E, com esta má afectação de capital, também surge associada uma má afectação de trabalho, de capital humano. Ou seja, são estes os sectores lucrativos. É também por aí que vão os mais jovens, os mais criativos e os mais produtivos que por sua vez se tornam influentes, atraem protecções e rendas.



Esta má afectação de capital é, na minha opinião, muito importante porque acaba por não só explicar, em parte, esta alocação no sector não transaccionável, mas também porque esta alocação não é só entre transaccionáveis e não transaccionáveis. Mesmo dentro dos sectores transaccionáveis vemos os aumentos exponenciais que podíamos ter, simplesmente se alocássemos melhor o capital nuns sectores em detrimento de outros. De acordo com a estimativa descrita no quadro acima, teríamos aumentos de produtividade na ordem dos 20%, se a ordem de alocação dos capitais fosse trocada. Mas mesmo dentro dos sectores transaccionáveis, da própria indústria portuguesa, uma melhor alocação de capital acrescentaria outros 20%.

Tendo em conta este diagnóstico e esta questão da produtividade e do investimento e sobretudo da afectação de capital, vou focar-me no investimento na perspectiva de como é que este capital é alocado. E até que ponto é que podemos ter bom ou mau investimento, no sentido em que é alocado às actividades que podem levar a um maior crescimento da economia.

Olhando para o presente e para o futuro, quero apontar quatro factores negativos e cinco factores positivos. Ou seja, até que ponto é que hoje presenciamos estes mesmos problemas?

Primeiro fator negativo: sistema bancário.

É preciso fazer um novo diagnóstico. Ou seja, não é o mesmo problema que havia entre 2000 e 2010. O Estado, para o bem e para o mal, hoje não tem capacidade de proteger os sectores como protegia antes, devido às restrições orçamentais que enfrenta. Por outro lado, o sistema financeiro mudou muito. E os problemas que tem hoje na autorização de créditos são diferentes dos que tinha naquela altura.

Mas o que nos leva a que, nos últimos anos, não vejamos ainda uma afectação óptima dos recursos financeiros no nosso país? Em primeiro lugar, a falta de confiança no sector bancário. É muito difícil para o sistema bancário atrair capital ou mesmo vender obrigações de longo prazo.

O financiamento dos nossos bancos a muito curto prazo é hoje inevitável, tendo em conta os choques a que foram sujeitos. Curto prazo do BCE, curto prazo de depósitos à ordem e mesmo nos depósitos a prazo, que são muito fáceis de cancelar porque, regra geral, a penalidade é relativamente pequena num ambiente de juros baixos.

Isto implica que os bancos, na sua função tradicional de transformarem maturidades, ou seja, receberem a curto prazo, para financiarem a longo prazo, têm as suas dívidas tão a curto prazo que têm muita dificuldade em fazerem financiamentos a longo prazo.

O que observamos no crédito em Portugal é que, embora não tenha caído, a maturidade dos empréstimos às empresas, ao sector não financeiro, tem decrescido bastante. É difícil hoje conseguir um empréstimo a 20 anos de um banco para construir uma fábrica.

Em segundo lugar, o adiamento do reconhecer das imparidades nos últimos seis anos levou demasiados bancos a renovarem maus créditos de forma a não reconhecerem que determinado crédito não era cobrável. O que significou

que, embora o crédito no total não tenha caído em Portugal, muito desse crédito era afectado a renovar e a esconder problemas antigos e não a financiar novas empresas. O crédito a estas caiu bastante.

Em terceiro lugar, e este também é importante, temos hoje um regulador financeiro que é muito conservador. Por outro lado, o aumento da regulação financeira, inevitável, constituiu a maior barreira à entrada neste setor. Para um sector que passou por uma crise tão grande nos últimos anos, qual foi o novo actor que entrou no mercado financeiro em Portugal? Nenhum, praticamente! É chocante pensar que o sector está a passar por um processo de disrupção, de mudança, de modelo de negócios, com bancos antigos a terem problemas, e não temos ninguém que tenha entrado neste mercado. Porquê? Porque os custos de entrada são enormes com as atuais barreiras de regulação. Isso, conjugado com um regulador que hoje é altamente austero por querer evitar algum escândalo no futuro, leva a que tenha faltado muita inovação no sistema financeiro em Portugal. Em Londres, Silicon Valley, Frankfurt, o que se fala é sobre estas diferentes plataformas de tentar fazer financiamento estrangeiro, o chamado fintech. Há toda uma indústria em grande ebulição no mundo, mas Portugal está a passar ao lado. Na minha perspectiva, em parte por causa do regulador, e não por causa das empresas, que até gostariam de entrar.

Tudo isto leva a que haja um enviesamento contra o capital intangível. Ou seja, as novas empresas que hoje se caracterizam por criar confiança, por conseguirem investir numa série de coisas que são difíceis de oferecer como garantia a um banco têm em Portugal, por o regulador ser muito conservador, muita dificuldade de obter financiamento. Não é um problema dos bancos nem da gestão dos bancos. É um problema de regulação bancária. A sua preocupação está centrada em minimizar a possibilidade de um banco perder dinheiro. E não é isso que a regulação devia ser. A regulação devia basear-se na forma como se afeta o capital.

O problema do reconhecimento das imparidades, na sua maioria, já foi resolvido. Estou muito optimista em relação ao futuro sobre o que vai ser o financiamento bancário em Portugal.

Segundo fator negativo: as empresas.

Muitas delas, nos últimos cinco anos, herdaram créditos muito grandes, estavam basicamente falidas, no sentido em que tinham créditos muito maiores que o seu valor e, em vez de termos um processo natural de regeneração, Schumpeter chamava-lhe destruição criativa, mantivemo-las muito tempo a perderem dinheiro.

Acresce que o fardo da dívida dá pouca motivação para avançar com novo projecto, porque se uma empresa vale menos 300 milhões, devido a perdas antigas, e tenha um projecto que vale um retorno de mais de 300 milhões, tenho a noção de que se for para a frente, 300 milhões vão para o banco para cobrir a dívida. Ao contrário, num novo projecto de raiz, o estímulo é completamente diferente. Trata-se, pois, de um enviesamento contra novos projectos, exactamente porque o fardo da dívida não estimula.

Terceiro fator negativo: o Estado.

De que forma é que o Estado tem influenciado negativamente a afectação de capital? A enorme dívida pública que temos e o falhanço que houve na reforma do Estado leva a que haja uma pressão constante de criar impostos. Embora elogiemos, e bem, o sucesso que temos tido em alcançar os objectivos do défice nos últimos cinco anos, e termos conseguido cumprir os compromissos internacionais, a verdade é que este cumprimento levou a uma enorme instabilidade fiscal, ainda maior do que a que tínhamos nos primeiros 10 anos do século XXI. Porquê? Porque todos os anos o ministro das Finanças arranja alguma forma de compor, subir mais este imposto ou menos aquele. Não fizemos uma reforma do Estado, a pressão mantém-se e leva a que uma série de investimentos não sejam feitos, à conta disso.

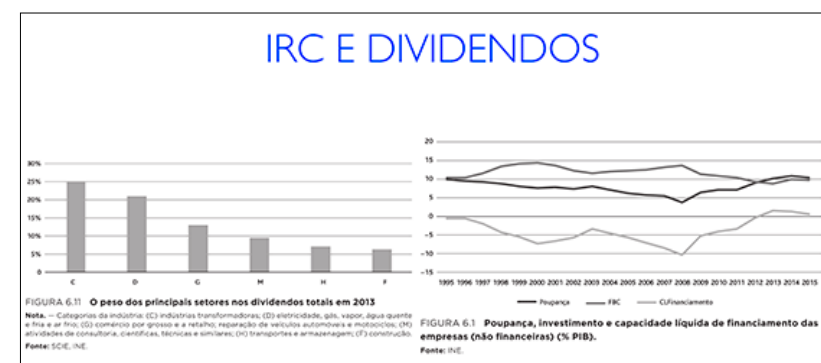
Quarto ponto negativo: os custos, o IRC e a regulação. O IRC é um imposto importante porque incide sobre a poupança das empresas. Sobre a acumulação de capital dentro da empresa. O lucro não é mais o que a acumulação de capital dentro da empresa. Quando pagamos dividendos, estes já pagam o IRS, já pagam o imposto sobre o rendimento. O IRC surge por cima disto. É uma dupla tributação que surge sobre a poupança.

Isto leva a que, por um lado, se explique porque é que em Portugal temos tão pouca poupança dentro das empre-

sas. Para além de um IRC relativamente alto, temos uma tributação da poupança das empresas. É como que um desencorajamento para elas.

Por outro lado, e porque é uma dupla tributação, não só leva a que as empresas queiram poupar pouco, como desencoraja dividendos para evitar fugir à dupla tributação. Por isso há um grande desencorajamento do capital inicial.

Em Portugal, injectar capital numa empresa é algo a ser evitado. Quando se quiser retirar capital da empresa, a carga fiscal é muito grande. Portanto, é preferível arranjar outras formas de financiamento: crédito, obrigações, seja o que for, do que injectar capital na empresa, tal é a tributação que existe.



Em Portugal, poucas empresas pagam dividendos. E temos uma grande falta de poupança nas empresas. Reformar o IRC é muito importante para estimular o investimento. Recomenda-se, pois, a redução do IRC de forma a tentar estimulá-lo.

Acresce que, neste momento, dentro da "loucura" que é a administração Trump, é esta a grande reforma que os EUA se propõem a fazer. Vai haver uma enorme reforma do IRC no nosso concorrente do outro lado do Atlântico. A Europa está a ficar para trás nesta discussão. Há vinte anos que na Europa qualquer reforma do IRC é bloqueada. Porque alguns pequenos países oferecem uma taxa mais baixa e não querem qualquer tipo de reforma que leve à harmonização. O seu "modelo de negócio" é baseado numa taxa muito baixa.

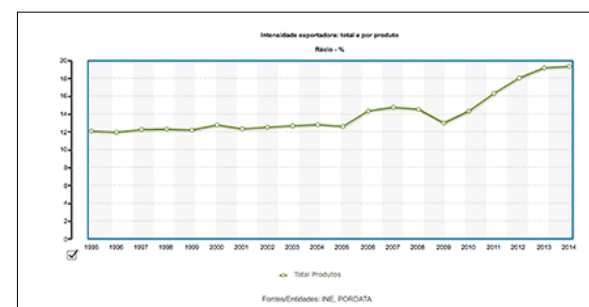
Há cerca de quatro triliões de capital americano que estão neste momento na Irlanda e que se espera que irão voar para os EUA assim que a reforma do IRC passar no Congresso dentro de seis, nove meses.

Porque é que a Bolsa nos EUA está a subir tanto? Porque há quatro triliões da Apple, do Facebook e do Google que se vão mudar para lá e vão comprar outras empresas. A bolsa norte-americana está em ebulição e tem a ver com as expectativas da reforma do IRC.

Estes são os factores que me preocupam em termos da afectação de capital e que são diferentes de quando vim à AIP há três anos, e fiz o diagnóstico do que tinha acontecido entre 2000 e 2010.

Há também factores positivos.

Primeiro: falta de procura interna obrigou a viragem para as exportações.



A falta de procura interna no nosso país e a crise de 2011-2015, levaram a um enorme aumento das exportações. Há uma subida enorme, sobretudo nos últimos quatro anos. De facto a economia virou-se para as exportações e para os sectores transaccionáveis. Isto vê-se a nível do emprego, da produção, do financiamento dos bancos. E espero que a tendência não seja revertida por más políticas. Foi uma subida real e verdadeira. O peso das exportações no PIB subiu cerca de 20 pontos percentuais num espaço de quase cinco anos, o que não é pouco.

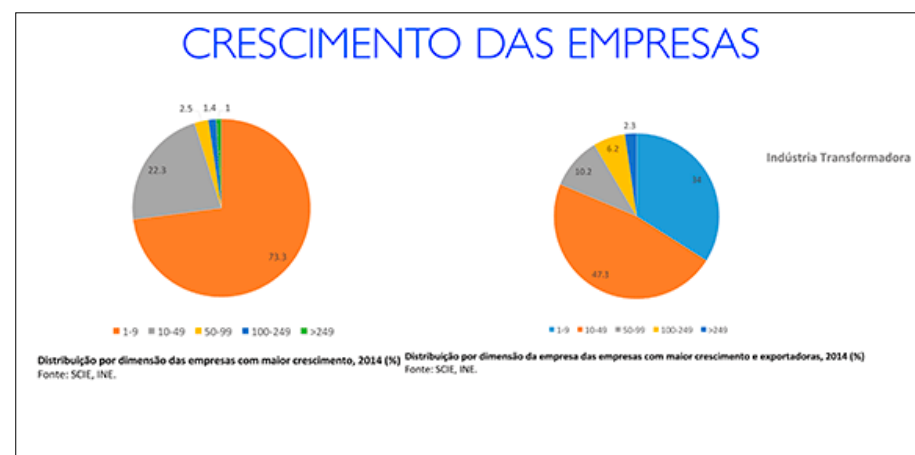
Segundo fator positivo: a evolução das empresas tecnológicas.

Há um grande investimento na ciência e uma série de tecnológicas que crescem e procuram capital externo como forma de financiamento. Ou seja, de uma forma positiva vemos já empresas portuguesas cada vez mais a virarem-se para as exportações e para o mercado externo em termos de financiamento.

Terceiro: o empreendedorismo e a reafecção de recursos imobiliários. Aponto o exemplo do Airbnb. Sou um grande fã, não da empresa em si mas do impacto que teve em Portugal. Temos um parque habitacional sobreconstruído (a tal afectação de recursos entre 2000 e 2010), que estava na sua maioria, em grande parte desocupado.

Graças à capacidade de as pessoas fazerem um aproveitamento útil do património e alugarem as casas que estavam desocupadas, tivemos um aumento enorme do empreendedorismo em Portugal, nos últimos cinco anos. Efeito transformador na sociedade, criado por milhares de pessoas, que não têm MBA, de funcionários públicos a professores, que gerem hoje uma mini empresa tentando ser competitivos internacionalmente. Tiveram que aprender a saber prestar um bom serviço, a importância dos ratings, a afectação de capital para um sector exportador. Isto é exactamente o tipo de transformação positiva da economia portuguesa através de um sector que afecta toda a base.

Quarto: sistema financeiro. Foi um processo muito prolongado, demorou cinco, seis anos, mas quando olhamos para a maioria dos bancos nacionais, com uma ou outra excepção, estão hoje em muito melhor estado. Quando olhamos para o reconhecimento das imparidades, para a mudança do modelo de negócios, vemos uma banca que está preparada para evitar cometer o “pecado” de 2000-2010.



Último ponto positivo: o crescimento das empresas.

Como disse aqui na AIP há três anos, nos Encontros da Junqueira, o facto que saltava à vista quando olhávamos para os dados sobre a economia portuguesa, era que não só tínhamos um enorme número de pequenas empresas com menos de dez trabalhadores, como era nessas que estava todo o crescimento da economia. Ou seja, a economia portuguesa, entre 2000-2010, caracterizava-se pela criação de uma pequena empresa, que crescia de um para oito trabalhadores e parava aí. Surgiam, algumas desapareciam, como é natural, e mantínhamo-nos neste sistema de reciclar empresas até

dez trabalhadores. No que se refere à geração de empresas, Portugal não parecia muito diferente do que acontecia em termos internacionais. A grande diferença é que estas empresas não cresciam acima dos dez trabalhadores. Não chegavam a ser PME. Conforme podemos observar no gráfico, em 2014, das empresas que mais cresceram, as que têm entre os 10 e os 50 trabalhadores já representam um quarto do total. Entre 2000 e 2010 este valor era de 5%.

Se olharmos para a indústria transformadora vemos que as empresas com maior crescimento, e com 10 a 50 trabalhadores, já são 50% do total.

Estamos, pois a verificar que os sinais de incremento da economia portuguesa podem não só surgir com novas ideias mas, finalmente, com o crescimento desses projectos, com mais trabalhadores e a ganharem escala. Este é um desenvolvimento que considero muito positivo e que me induz algum optimismo.

Concluindo: o investimento em Portugal foi a chave para perceber porque deixámos de crescer e porque é que a produtividade caiu. Temos de reflectir porque a produtividade deixou de crescer, por que razão o investimento caiu, e porque motivos não se criavam oportunidades de investimento.

A grande causa, na minha opinião: o mau investimento, entre 2000-2010, e a má afectação de capital. O que é chocante, tendo em conta que foi nesta altura que mais capital houve na economia portuguesa. Sim, poupávamos menos mas era tanto o capital que vinha de fora entre 2000-2010, que Portugal teve a oportunidade de mudar. O sector financeiro teve um óptimo papel no sentido de conseguir canalizar para a economia portuguesa os fundos que vinham da Alemanha, de França, e do resto da Europa.

Mas o sector financeiro, o sector do Estado, sobretudo os reguladores, e toda a economia tiveram um mau papel na afectação desse capital.

Foi demasiado financiamento para sectores que ofereciam garantias reais e que eram, na sua maioria, sectores ou com rendas protegidas ou com capital fixo, casos da construção e do imobiliário, facilmente capturado pelo banco no caso de não haver pagamento.

Nos últimos anos, houve enviesamentos contra novas empresas, porque se privilegiava o financiamento das empresas existentes. Houve contra novos projectos, pois nas empresas não havia incentivo para começar novos projectos, dado que o retorno seria capturado pelo credor anterior. Houve também contra o capital intangível, o tal que é difícil de captar e que o regulador não compreende. Por exemplo, Portugal nunca aceitaria uma carteira de risco com projetos como a Uber e a Google tendo em conta o contexto regulatório existente.

Tudo isto levou a uma quebra e a uma má afectação de capital nestes últimos anos. Para além disso, os impostos e a regulação têm limitado muito a inovação no sector financeiro, têm limitado muito a poupança nas empresas em termos de IRC. Quer a reforma do IRC, quer a reforma do Estado, têm vindo a ser adiadas.

Pela positiva, verifica-se que as empresas que não conseguiram financiamento porque o Banco de Portugal o bloqueava começaram a virar-se para fontes de financiamento externas. A sociedade, como um todo, começou a reafectar capital para os transaccionáveis. O Airbnb foi um bom exemplo.

As exportações tiveram um enorme crescimento. Há vários factores de sucesso que marcam, no agro-alimentar, no calçado e em muitos outros. Houve empresas que, apesar de continuarem com o mesmo tipo de produção, se viraram para o comércio externo. Só essa viragem levou a aumentos de produtividade muito grandes.

Testemunhamos o crescimento das médias empresas, vemos que somos capazes não só de gerar ideias mas de as fazer crescer. Constatamos que existem empresários a sério e não apenas micro-empresários. Começamos a ver esses sinais. Por todas estas razões, há melhorias que espero continuem nos próximos anos.

Paulo Ferreira

Obrigada, Ricardo Reis, pelo rigoroso cumprimento do tempo. Daniel Bessa.



DANIEL BESSA

Bom dia a todos. Muito obrigado à AIP pelo convite. Gostava de começar com uma referência pessoal ao Ricardo Reis. Conheci o Ricardo tinha ele 17 anos, estava eu na reitoria da Universidade do Porto. Veio literalmente pela mão do pai que perguntava “o que vamos fazer com ele”, que era um aluno excepcional, de Leça da Palmeira. Na altura eu tinha a obsessão que a escola mais competitiva do mundo era Chicago, onde havia maior número de candidatos por vaga. E, portanto, era para lá que tinha de ir.

Mas acabou por ir para Londres, para a London School of Economics, fazer o seu percurso académico, que acompanhei de perto. O que mais invejei é que aos vinte anos já o Ricardo estava a fazer um estágio no Banco de Inglaterra, coisa que eu nunca fiz nem farei. Voltou, mais tarde, a aparecer na Universidade do Porto, era preciso fazer o doutoramento. Para onde há-de ir? Chicago. Mas não foi para Chicago. Concorreu a cinco universidades nos EUA. Foi aceite em todas, que andaram atrás dele. Lembro-me que, no final, duas universidades competiam, uma tinha como principal argumento ter mais prémios nobel no seu corpo docente, na área de economia, e outra de ter um programa de investigação, destinado a criar mais prémios nobel nos próximos anos. Ele optou por esta última.

Não sei muito bem onde ele vive, ele anda por aí, mas não faz muita diferença, porque aqui está, connosco, a falar com causa de coisas e com uma experiência muito enriquecida por esta mundividência que teve desde muito cedo, antes como estudante, agora como professor.

Estão aqui pais. Penso que isto algum significado tem quando se refere as decisões que temos de tomar na altura própria relativamente à educação dos filhos.

A apresentação que o Ricardo nos fez tem basicamente três partes e nas duas últimas tem ainda muito de diagnóstico. Primeiro, o diagnóstico de como chegamos aqui. Em segundo lugar o diagnóstico de como estamos e na terceira parte, já virada para a frente, com os pontos positivos que se foram desenvolvendo.

Penso que há um enorme consenso no diagnóstico. Não estou a falar no que se passa na Assembleia da República. Há ali um quisto, do meu ponto de vista mais para o pior, do que para o melhor. Está “fora” do país, tem uma agenda completamente equivocada e dali, sinceramente, não vejo vir nada de bom. Acho que é um problema. Claro que há muita vida para lá da Assembleia da República. Ricardo Reis falou-vos dessa vida. Mas, dali, parece-me que não vem nada de bom.

Isto para dizer que, em relação ao diagnóstico, estamos muito de acordo. A entrada no euro, com uma taxa de câmbio “puxada para cima”. Depois a valorização adicional que se fez entre 1995 e 2000, no governo do engenheiro Guterres, que sobrevalorizou esse câmbio. Depois as mudanças na nova ordem internacional, a partir de 2000, com o alargamento da União Europeia. Realmente, é a partir daí que a coisa estagna. E a partir daí, o galope. A economia privada não “entregava” e o Estado procurou substituí-la. Foi, pois, uma espécie de descalabro a partir de 2000. Sobre este diagnóstico, creio que há um enormíssimo consenso.

Foi invocada a figura de Vítor Bento, com a tese dos não transaccionáveis e das implicações que isso teve, na afectação do investimento, na afectação do crédito, na afectação do Investimento Directo Estrangeiro. Foi, de facto, um verdadeiro desastre. Passei as últimas horas a escrever para o Expresso, e lá vai aparecer. **Esta “cena” do mau investimento é um elemento fundamental da caracterização destes últimos anos, sobretudo a partir do momento em que tendo a economia deixado de crescer, o Estado entrou em cena introduzindo tudo isso que conhecemos.**

Este diagnóstico está muito assente. Com excepção da Assembleia da República. Se exceptuarmos a Assembleia da República, este diagnóstico está partilhado pela inteligência portuguesa.

Em meados de 2015, era o dr. António Costa candidato a primeiro-ministro, ainda não tinha havido eleições nem se tinha chegado a esta solução governativa, interveio, um dia, numa conferência da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e ouço-o na rádio a dizer uma coisa me surpreendeu: o problema maior da economia portuguesa é que não soube ou não foi capaz de se adaptar às novas condições da economia global, sobretudo a partir de 2000. Não posso estar mais de acordo com uma afirmação destas. Não recuámos tanto, nem antes de 2000 mas, realmente, a partir de 2000 há qualquer coisa que não funcionou e não nos adaptámos às novas condições da economia global. É uma grande tirada. Uma grande afirmação. Revi-me nela. Fui para o Expresso e disse: “Eu sigo este cavalheiro até à morte!”. Não direi que ficou agradecido mas deu-se ao trabalho de mandar uns papéis a dizer que não era primeira vez que dizia aquilo, dando a entender que não era nenhum fogacho, daquelas coisas que nos passam pela cabeça e se dizem em alguns momentos, mas que havia ali um pensamento. Enviou-me uns papeis dele, outros do PS, dando a entender que havia aqui alguma coisa que se tinha de mudar no que se refere à economia global. Em termos públicos, a conversa parou por ali. Em termos privados, não, mas não é para aqui chamada. Isto para afirmar que o primeiro-ministro disse uma vez e teria dito mais vezes. Claro que hoje pergunto-me o que é que nas medidas tomadas pelo Governo desde Novembro de 2015, muito condicionadas pela Assembleia da República, têm que ver com este diagnóstico. Se esta é a questão central, haveria que ser consequente. E eu pergunto-me o que é que dali nasceu que tem a ver com este diagnóstico. Mas, friso, o primeiro-ministro, em algum momento, mostrou-se perfeitamente consciente disto. E, às vezes, há momentos em que dá a entender que haverá uma consciência mínima deste tema.

Quer em conferências patrocinadas pelo Presidente da República, quer nas do Fórum para a Competitividade, com a intervenção de Pedro Ferraz da Costa, andam todos a reflectir sobre a necessidade de investir, para crescer numa base que, seguramente, não pode ser a dos não transaccionáveis. Mas sim, investimento, competitividade, crescimento é uma agenda que o Presidente da República terá muito clara na sua cabeça.

Ou seja, não só ao nível da inteligência, mas mesmo ao nível das elites políticas, no caso da Presidência da República, com mais independência, no caso do Governo, mais condicionado pelo Parlamento, acredito que existe uma consciência muito clara do ponto em que estamos, de quais são os problemas. Menos clara, como é evidente, no que se refere ao que fazer. No que se refere ao que fazer é mais difícil.

Costumo dizer que há um único lugar que não gostaria de exercer em Portugal, que é o de ministro da Economia. O ministro das Finanças lá sabe mais ou menos o que tem de fazer. O Vítor Gaspar teve que aumentar os impostos, teve que reduzir umas despesas. O ministro da Economia é um “desgraçado”. Vai para lá, há-de fazer alguma coisa, mas é risco total. Até porque não vale a pena andar à procura dos países a quem correu bem. Porque lá correu bem, aqui se calhar já não corre. O actual ministro das Finanças, pelos vistos, não pode baixar a despesa, só sobe os impostos. O guião do ministro das Finanças está basicamente estabelecido. É um funcionário, bastante balizado na sua actuação. Na área da Economia, creio que o risco é total. Temos que ter consciência disto. Aceitam-se apostas, para correr bem ou para correr mal. E para corrigir, se a coisa der para o torto. Caiu, levanta e vai tentar fazer outra vez.

Sobre o que fazer, as dúvidas são imensas. Não sei se algum de nós sabe de ciência certa o que fazer. Cada um dos presentes, colocado no ministério Economia, vai fazer o quê? Logo se verá. Não vou dar aqui as minhas apostas, embora também as tenha. Embora me veja melhor metido num colectivo qualquer a discutir e a mandar os meus palpites. Também tenho os meus palpites, como toda a gente. Mas como não são ciência certa... Reafirmo que estou disponível para discutir os meus palpites com muita gente. Se estiverem de acordo comigo até posso assumir alguma responsabilidade e vamos lá para a cabeça do touro. Não posso tirar o rabo da seringa. E se perder numa discussão colectiva, aí vou eu como um soldado alinhado fazer a minha parte, porque eu não tenho mais confiança nos meus palpites do que nos palpites dos outros. A situação exige uma participação muito alargada e uma consciência do grau de risco. Cá estamos para em algum momento, traçar um caminho, tentar fazer, experimentar e logo se verá. Sem certezas nenhuma.

Há uma coisa que o Ricardo deixou aqui muito clara. **Qualquer que seja o caminho, ele está muito condicionado pelos passivos.** Quer queiramos, quer não, aquela segunda parte dele é demolidora. Ele “olha” para a banca, para as empresas, para o Estado. Depois, se calhar, a coisa mais móvel ainda era a quarta, o IRC. Parece mais voluntarista, assim a política o consentisse. Mas, o facto é que estamos sentados sobre o passivo. Que é astronómico. Quem anda nos negócios, quem é empresário, quem estudou economia, tem obrigação de saber que essas coisas vão-se fazendo, mas depois pagam-se. E não há como sair daí. É preciso aumentar os capitais próprios? Como vou aumentar os capitais próprios se ninguém tem capital.

Sobre a economia portuguesa continua a impender uma incerteza muito grande ligada a passivos monumentais. Nos maiores bancos, há um único que, julgo, nunca teve resultados negativos, que foi o Santander. Segundo julgo saber, em 2016, BCP e BPI vão ter já resultados positivos. Portanto, dos grandes, só sobravam a CGD e o Novo Banco que se mantinham com resultados negativos. E pesadamente negativos. Depois, há uns pequeninos, de que ninguém fala. Mas já é outro campeonato.

Hoje vinha a caminho de Lisboa, e fiquei desanimadíssimo quando ouço a notícia que a Fitch emitiu uma análise sobre a banca portuguesa muito negativa. Diz que se vai passar alguma coisa, fala sobre isso de uma forma apreciativa mas dá a entender que vão ser precisos muitos anos para que a banca portuguesa consiga responder.

Portanto, o meu ponto: tudo em aberto, mas na hora de executar há uns passivos que nos condicionam violentamente. E não há como sair disto. Creio que o **passivo maior de que talvez nos pudéssemos libertar é o do peso da dívida, que talvez possa ser reestruturada a um prazo muito longo, com taxas de juro muito baixas.** Mas para isso é necessário aparecer com uma proposta que suscite, mais do que a credibilidade, a simpatia e a condescendência dos credores. E estamos a falar mais de Estado do que de banca. Acredito nisso. Agora, **não posso negociar uma coisa destas levando comigo pela mão uns tipos que querem sair do euro e mais não sei o quê.**

Quanto aos activos, que foi a última parte que o Ricardo abordou, o problema é que tenho mais 30 anos que ele e estou aqui confinado aos 90 mil quilómetros quadrados. Ele olha para a questão com outra juventude, e com mais mundo, o que é uma vantagem imensa. São, pois, dois argumentos a favor dele. Eu estou um pouco mais acantonado na posição do velho do Restelo. Tiro o chapéu ao que se passou de melhor em Portugal nos últimos anos e que foi a subida do peso das exportações, de 28% para 40% do PIB, entre 2008 e 2015. Creio que este é um resultado extraordinário. Tenho muitas dúvidas que, por esse mundo adiante, hajam muitos países que consigam apresentar um resultado destes. Considero este resultado extraordinário e que tocou a grande maioria dos sectores de actividade. E que mostra a importância dos sistemas de incentivos. Quando o mercado interno desapareceu, os empresários viraram-se para o mercado exterior.

Devo dizer que acreditei, ou quis acreditar, nesse modelo talvez mais do que o devido. Acreditava que ia ser virtuoso. Primeiro exporto, depois tenho mercado mas não tenho capacidade, vou investir. E, portanto, **considerava que ao aumento das exportações seguir-se-ia o aumento do investimento. Não seguiu. E tenho muitas dúvidas sobre a rentabilidade desse sector exportador que cresceu assim tão rapidamente.** Uma das coisas que se aprende nas aulas de Economia é que por vezes, vende-se com prejuízo, desde que recupere os custos variáveis. Mais vale perder uma parte dos fixos do que os fixos todos. Para já não falar nos custos do encerramento, que em Portugal são enormíssimos. E não sei se não anda aqui muita gente a vender com prejuízo, ou no mínimo, com rentabilidades insuficientes.

Foi uma das coisas que aprendi na Cotec. A certa altura indexei as quotas aos resultados. Os técnicos da casa diziam que eu era “maluco”, e que estava a acabar com a Cotec. Ao que respondi que sim, acabava com a Cotec se a economia portuguesa tiver acabado. Para já, perde dinheiro, quando começar a ganhar, paga. Nunca mais apareceram os benditos resultados, portanto, **considero que há um problema sério de rentabilidade no sector transaccionável da economia portuguesa e isso precisaria de ser mais investigado.** Talvez o Fernando Alexandre, que é um entusiasta destas matérias. Isto é importante, estou a falar de 40% da economia portuguesa.

Quanto ao resto, dou um sinal muito positivo à importância relativa do crescimento das PME na criação de emprego. A economia portuguesa tem que crescer a partir das empresas médias. As grandes estão viradas para o mercado interno, portanto não podem contribuir.

Relativamente a outros resultados aqui apresentados, penso que ainda são bastante emergentes. Pesaram, na avaliação do Ricardo, as vantagens da juventude, da internacionalização e da distância. Eu, mais velho do Restelo, olho para isto com alguma distância.

Paulo Ferreira

Vamos agora partir para uma conversa a três. Depois abriremos o diálogo à plateia. O diagnóstico parece consensual, tirando alguns sectores da Assembleia da República, como diz Daniel Bessa, que discordam do diagnóstico que vai sendo feito. Vamos olhar agora mais para a frente. Como se resolve este problema de passivos? A questão dos balanços

dos bancos e dos balanços das empresas. Como é que a economia se vai desalavancar? Quem é que vai suportar esse custo, para seguirmos em frente com o contador mais a zero?

Ricardo Reis

Vamos falar desta dívida, muito correctamente apontada pelo Daniel Bessa. Vamos dividi-la em dívida das empresas, dos bancos e dívida pública. Quando olhamos para a dívida das empresas, para mim a grande preocupação é que não fossem reconhecidas as perdas. Por isso, é que eu tenho um tom mais optimista. Porque vejo que no sector financeiro e nos bancos portugueses houve o reconhecimento das imparidades.

Chocava-me sempre ouvir os nossos comentadores na televisão que se congratulavam pelo grande génio, que tinha sido o gestor deste ou daquele banco que tinha conseguido adiar o reconhecimento das imparidades.

Quando, na realidade, era o oposto que a economia precisava, que se reconhecessem as imparidades, para que se pudesse avançar. Quando olho para o que se fez no BCP, no BPI, na CGD, o que vejo é um aceleramento de se terem reconhecido as imparidades. Vejo muita vitalidade no sector das empresas de recuperação créditos. Ou seja, vejo um reconhecimento das perdas anteriores e um partir para a frente ao tendo-as reconhecido.

Dentro da dívida das empresas, e da que está sentada no balanço dos bancos, vejo muito progresso nos últimos anos. Tenho um tom mais optimista porque quando vejo os resultados do BCP, do Novo Banco ou da CGD, vejo, finalmente, os balanços serem limpos. Claro que **limpar os balanços são sempre más notícias no curto prazo, porque se reconhece que se perdeu. Mas é preciso fazer isso para se poder avançar.** Em relação à dívida das empresas e dos bancos, tenho razões para algum optimismo, pelo processo que acabo de referir.

Em relação à dívida externa, do país como um todo. Ora bem, temos muitos activos. O que temos feito nos últimos quatro ou cinco anos é que vendemos muitos activos aos estrangeiros. A chineses, angolanos... Mas é isso que temos de fazer. Para começar, tínhamos de deixar de pedir mais emprestado. **Temos hoje um superavit na balança de transacções correntes. Estamos a pedir menos emprestado. Estamos a diminuir a dívida ligeiramente. Depois, temos de vender activos. Já vendemos muito? Vamos vender mais.** É uma questão de quais vão ser vendidos e a que tempo. **Parece-me difícil que venhamos a ter um balanço positivo da balança de transacções correntes de 10 por cento durante vinte anos, que era o que precisávamos para pagar a dívida. Vamos continuar a ter de nos preocupar em vender “partes” de Portugal a estrangeiros, quer sejam apartamentos aos franceses ou empresas de energia aos chineses.** Os activos vão ter de ser vendidos de diferentes formas, esse processo vai continuar. Já aconteceu e está a acontecer nos últimos quatro, cinco anos.

Em terceiro lugar, a dívida pública. A mais discutida na Assembleia da República. Vou assumir um papel, mais do que razoável, de optimista. Em 2011 tínhamos uma dívida muito grande. Era preciso corrigir o saldo das finanças públicas, o que foi feito com algum sucesso, tendo em conta o programa da troika. De facto, cumprimos os objectivos do défice. Para além disso, era necessário renegociar e reduzir o preço da dívida, porque era impossível com este passivo conseguir fazer alguma coisa. O que **conseguimos com bastante sucesso em 2011 e 2012 com Vítor Gaspar, juntamente com a Irlanda, e de uma forma muito discreta, foi precisamente uma significativa redução da dívida, com a extensão das maturidades, e uma redução do empréstimo feito à troika.** Portanto, conseguimos essa primeira redução. Estava tudo preparado para se fazer o mesmo uns anos depois. Entretanto, tivemos um choque gigante. Chamado **Varoufakis, [antigo ministro das Finanças grego, do Syriza]. Foi das pessoas que mais contribuíram negativamente para o nosso bem-estar. Choca-me quando vejo pessoas em Portugal a convidá-lo e a pagar-lhe.**

Basicamente, **chegou, ao poder na Grécia, e teve um discurso de tal forma incendiário, que os credores, Alemanha, França, Finlândia, e todos os outros, que estavam dispostos, de uma forma calma, a renegociar a dívida, tornaram esse objetivo impossível.** Nos últimos dois anos tornou-se impossível em Bruxelas ou em Frankfurt falar sequer de reduzir a dívida. Isto foi um choque enorme. **Portugal sofreu imenso com este senhor Varoufakis. Podíamos ter já renegociado parte da dívida se não fosse a presença dele e o que foi o governo Syriza na Grécia.**

Daqui a seis, doze meses, podemos ter Renzi em Itália, Macron em França, Schulz na Alemanha. **Pós-eleições alemãs, termos uma diferente liderança europeia que percebe que a dívida portuguesa, grega não é realmente pagável. Há uma nova oportunidade para novamente se discutir, de uma forma muito suave, sem perdão nenhum de dívida, mas com**

aumento de maturidades e redução de juros. Tenho algum optimismo para 2018, tendo em conta as evoluções políticas que estamos a ver. Para o fazer – e concordo a 200% com Daniel Bessa – não vamos embandeirar num discurso à Varoufakis, porque aí são mais três anos. E a verdade é que as **taxas de juro do BCE vão subir nos próximos dois anos.** **E nós temos de resolver este problema nos próximos dois anos, porque senão o barco vai rebentar novamente.** Tenho algum optimismo, porque na Europa estamos a ultrapassar o choque Varoufakis. Temos de falar de forma suave, sem referir reestruturação, porque é um termo muito feio. Alguma razoabilidade começará a existir na Europa, depois do choque enorme que foi o discurso da extrema esquerda radical na Grécia.

Paulo Ferreira

A questão dos passivos. Como é que vamos sair daqui?

Daniel Bessa

Não há como sair daí. Mostrei-me mais optimista na possibilidade de reestruturar a dívida pública, desde que se apareça com um discurso aceitável. Evidentemente, o Ricardo tem toda a razão, é preciso contar com algumas mudanças, nomeadamente na Alemanha, porque o ministro das Finanças tornou-se um obstáculo ao que quer que se pudesse fazer, com aquela entrada em cena da Grécia. Contando com as alterações que se adivinham na Alemanha e em França, talvez haja espaço. Mas não se pode aparecer lá com um discurso incendiário. **Varoufakis já veio a Portugal vezes que cheguem, sobretudo a Coimbra.** Uma coisa é aparecer lá com uma posição de firmeza, ou a dizer que não é possível pagar, ou a dizer que é contra o interesse dos credores o aperto em excesso. Uma coisa é uma atitude de firmeza com o dr. Miguel Cadilhe ou dr. Eduardo Catroga a explicarem que a coisa assim não está bem. Outra coisa é aparecer lá com um discurso de não pagamos.

Quanto à dívida privada, acho mais difícil. Acreditei, em certo momento, que os bancos podiam ser todos vendidos.

Paulo Ferreira

E não foram, quase todos?

Daniel Bessa

Mas os compradores foram fraquinhos. Para mim, foi uma decepção. **O sistema bancário português não se mostrou apetecível. Os compradores eram uma miséria.** Acabámos nuns concursos em que aparece só um! E diz que compra se lhe derem não sei o quê. Dinheiro fresco vê-se pouco. Acho que isso falhou. A Caixa não está à venda, pelo menos para já.

Quanto à venda das empresas privadas fora do sector financeiro. Sim, acredito nisso. Estamos a pôr muita ênfase no investimento. Considero que em Portugal há muito investimento que já está feito e de que se pode retirar mais valor. A expressão máxima é o imobiliário. As casas estão feitas. **É possível retirar muito valor do parque imobiliário para atrair muito capital para o país. Ouvi hoje que se vai facilitar o acesso dos credores ao capital das empresas. Os credores são a banca e os fornecedores. Não me parecem os accionistas mais interessantes para pôr as empresas a andar. Se tenho de facilitar o acesso a algum capital das empresas, com todo o respeito, é aos concorrentes.**

Paulo Ferreira

A novos investidores, basicamente.

Daniel Bessa

Sim. Os fornecedores e a banca vão fazer o quê? Transformam os créditos em capital para fazer o quê?

Paulo Ferreira

E quando chega a essa fase já as empresas não estão de boa saúde.

Daniel Bessa

Penso que seria mais importante facilitar a transacção do capital, em aberto. É mais importante que as empresas sejam tomadas por concorrentes do que por bancos ou fornecedores.

Paulo Ferreira

Essas facilidades são fiscais, burocráticas, processuais?

Daniel Bessa

Sim. Nos meus tempos da COTEC quando falávamos em medidas capazes de mudar a economia portuguesa, uma das medidas incentivava claramente do lado fiscal, a transacção do capital das empresas.

Paulo Ferreira

E também se ganhava escala, capacidade competitiva.

Daniel Bessa

E tentar atrair outros investidores.

Paulo Ferreira

Ricardo Reis, focando a questão no capital privado e na capitalização das empresas, que é o eterno problema: empresas muito endividadas com poucos capitais próprios, com reflexos também nos balanços dos bancos. Como é que se sai daqui? Vamos criar o tal banco mau ou entidade que vai buscar as imparidades? Quem é que paga essa factura? E se depois daí resulta de facto uma capitalização das empresas?

Ricardo Reis

Voltando um pouco atrás, disse o Paulo que a CGD ainda é pública. Entrou dinheiro do Estado, o chamado plano de recapitalização. Alto. **Vamos ler o acordo. A Caixa vai tornar-se um banco privado no médio, longo prazo. O acordo de recapitalização impõe que a Caixa tem de se abrir em parte ao capital privado. E essa fracção vai aumentar, tendo em conta que o acordo impede novas recapitalizações públicas no futuro. Portanto, a manter-se o acordo feito com o BCE e a DGCom, a Caixa é um banco público a tempo limitado, a tempo certo. Bem sei que isto foi “vendido” de uma forma muito diferente, em termos políticos, para a opinião pública, mas o processo de privatização da Caixa já começou. Lentamente.**

Em relação à dificuldade de vender os bancos, que muito bem apontava Daniel Bessa, houve um problema que teve a ver com uma dificuldade que se colocou a Portugal e que diz respeito à mudança do panorama internacional. Não são só os bancos portugueses que têm tido dificuldade em ser vendidos.

Tem sido muito difícil vender um banco hoje em dia. Para além disso, os **bancos, em toda a Europa, estão a transaccionar-se a um nível muito abaixo da estrutura do balanço.** Ou seja, não foi um problema português termos tido mais dificuldade em vender o BCP, o BPI ou seja que banco for. Tem a ver com o **facto de ser um sector que mudou radicalmente como resultado da regulação financeira. Um sector que no futuro vai ser irremediavelmente muito menos lucrativo do que foi no passado,** e com as formas como mudamos a regulação desse sector. E, como tal, há um ajustamento dos mercados que estão agora a tentar compreender que novo sector é este. A banca não vai ser, nos próximos dez anos, a mesma do que foi nos últimos vinte a nível mundial. E, como tal, tem havido muita relutância de muitos investidores em investir na banca. Mas acontece na Suíça, na Itália, na Alemanha, em Portugal. Chegamos a uma altura em que tínhamos de vender activos, quando, neste momento neste sector, este é um activo pouco comercializável porque há uma grande indefinição do que será o seu futuro.

Perfilho um pouco da escola neoliberal, conforme foi perceptível na minha apresentação: **ninguém quer pôr capital numa empresa falida, porque vai estar a pagar ao credor anterior.** A grande reforma importante é permitir fechar-se o que está falido e começar-se algo de novo. Em Portugal, estamos a atravessar um processo de transformação, até

mesmo cultural, do que implica ir à falência e começar de novo. A capacidade de decidir “este não deu, fechamos e começamos um novo”, está a começar a acontecer no bom sentido. Há um lado mau. E que não quero: quando hoje descobrimos que tantas pessoas pediram tanto dinheiro emprestado neste país, de formas tão suspeitas, e que podem simplesmente fugir dos créditos e amanhã estão a aparecer nos jornais porque abrem exposições de arte ou são presidentes de clubes de futebol... Confesso que gostaria que houvesse um pouco mais de censura pública nalguns casos. Porque a conjugação de censura pública, nalguns casos que têm contornos muito difíceis, permitiria criar uma credibilização moral e social, que possibilitaria aos outros que experimentaram, faliram, ou estão a começar de novo, não terem a censura social que têm hoje em dia. Penso que a sociedade, o Estado, os jornalistas, todos, podem contribuir muito para esse tipo de processo. Mais do que capitalizar empresas velhas, é preferível fechar empresas velhas e começar novas rapidamente.

Durante muitos anos, era sempre diagnosticado, em fóruns como este, o facto de haver rigidez no mercado de trabalho. Era difícil despedir e contratar. **Mas também há uma rigidez do lado empresarial. Deve ser mais fácil fechar uma empresa e começar outra.** Há essa falta de vitalidade, de criação de empresas, de fechar um projecto e começar outro novo. Isso vem não só do trabalho do Estado mas também da sociedade, de forma a permitir que isto seja um acto normal. E ao mesmo tempo que se censura os casos chocantes que se conhecem.

Daniel Bessa

Estamos a falar da legislação e da prática do instituto da falência. E que nos mostra, a contrário, que a limpeza dos balanços não está a ser assim tão rápida como gostaríamos. As perdas deveriam ficar à mostra e não estão a ficar. E a banca também não está muito interessada nisso. Há, de facto situações incongruentes. Se não estou enganado, quer a CGD quer o Novo Banco anunciam, tanto quanto se pode anunciar, resultados positivos para 2018. Portanto, ainda haverá ali muito esqueleto no armário.

Paulo Ferreira

Exportações. Isto é sustentável ou não?

Daniel Bessa

Gostava muito de levar até ao fim uma análise de rentabilidade do sector exportador.

Paulo Ferreira

Pensa que há empresas a perder dinheiro?

Daniel Bessa

Há muitas empresas a perder dinheiro. Ou a ganhar insuficientemente. Se não, ao crescimento das exportações teria de se seguir um surto de investimento.

Paulo Ferreira

Não havia capacidade instalada que não estava a ser utilizada?

Daniel Bessa

Havia. Penso que para algumas empresas, com as trajectórias de investimento que anunciavam, era de esperar mais investimento. E não é uma questão do Portugal 2020 estar a funcionar ou não. Se alguém tem mercado e tem rentabilidade, não vai ficar à espera do Portugal 2020. Julgo eu. **Gostava muito de levar até ao fim uma análise de rentabilidade nos 40% do PIB português que está virado para a exportação, sobretudo nas empresas do Norte, que louvamos, e com muita razão. Não tenho dúvida de que se há muita gente a ganhar muito dinheiro nos têxteis, no calçado, na cortiça... há ainda muitas empresas com resultados negativos nesses sectores.**

Ricardo Reis

O que o prof. Daniel Bessa disse é um alerta importante. Gostaria de estar mais optimista. Esperemos que não seja como ele diz.

Daniel Bessa

Então as empresas enganavam-me. **Na Cotec pagavam em função dos resultados. Mas os resultados eram todos negativos. As quotas acabaram. Não vou aqui dizer os nomes deles.** E não são só os presidentes dos clubes de futebol ou os proprietários de obras de arte.

Paulo Ferreira

Pelo Governo que temos neste momento, está sempre uma nuvem negra sobre estes temas, porque o apoio parlamentar deste Governo depende de dois partidos que não convivem bem com a economia de mercado. Esta nuvem negra, a dívida privada, os empresários conseguirão de alguma forma libertarem-se disto, ou não? É que passamos a vida no discurso “mas o Governo”, “mas isto, mas aquilo”. À americana: dá para esquecer isto?

Ricardo Reis

Sem haver uma reforma do Estado, com o nível de despesa que temos, com a dívida pública que temos, sem reestruturação teria um pouco de receio de investir em Portugal. Porque alguém vai taxá-lo. Os geniais ministros das Finanças que descobrem todos os anos mais uma forma de me ir sacar mais alguma coisa. Ou é porque tenho um terreno, ou porque tenho um negócio, ou porque contratei três trabalhadores. Agora se temos mais de dez, de repente a contribuição para a segurança social duplica. Com o próprio Airbnb, já se discute como se irá taxar os proprietários do alojamento local...

Daniel Bessa

Isso é uma vergonha... isso é uma miséria!

Ricardo Reis

Enquanto tivermos um Estado com contas desequilibradas... Penso que é perfeitamente legítimo que as pessoas **em Portugal queiram um Estado como a mesma dimensão da Dinamarca, da Noruega. Desde que queiram ter impostos como lá.** Agora quando se quer ter um enorme Estado e não ter os impostos correspondentes sobre o consumo, sobre as pessoas, sobre o IRS...

A correcção das contas públicas não é uma questão de fanatismo, não é que as pessoas estejam obcecadas com o défice e não ligam à economia. Pretende-se é dar estabilidade aos empresários e dizer-lhes: “nós tratámos das contas, portanto, o saque vai acabar”. Essa é uma questão fulcral. E daí, a reforma do Estado. Mais do que a discussão política, que também é importante, é uma questão económica. Há doze anos que é uma discussão. É importante para os investidores investirem.

Noto também que neste momento há algum optimismo político. Saímos das eleições com uma composição da Assembleia da República muito frágil, que ao fim de um ano está muito robusta. Dou imenso crédito ao primeiro-ministro por ter conseguido fazer isso. Por muito mau que isto esteja, imaginem se tivéssemos tido eleições há cinco meses e estivéssemos ainda a discutir que Parlamento... É claríssimo que se tivéssemos tido eleições, não teríamos tido maioria absoluta nem de um lado nem do outro. Imaginem se estivéssemos agora em campanha eleitoral e sem conseguir aprovar um orçamento.

A estabilidade política que foi ganha pelo Dr. António Costa tem de ser louvada. Teve um ano para estabilizar e conseguiu. Olhando para a frente, estou à espera das reformas. No último ano não houve reformas em Portugal. De agora em diante, com a rédea muito curta porque ele só tem uns meses, quero ver o impulso reformista que o Partido Socialista quer imprimir a este país, de que forma quer reforma-lo. Quero ver, de facto, um impulso reformador nos próximos anos que dê confiança aos empresários. Que as contas públicas estejam estabilizadas e que o saque vai acabar. E se vai apostar neste ou naquele sector. E aí há discordâncias, de certeza, entre mim e o Mário Centeno, o Daniel Bessa e o Manuel Caldeira Cabral e outros, sobre qual é a melhor forma. Mas estou à espera que se faça qualquer coisa. No último ano dou muito mérito por se ter estabilizado, mas não se fizeram reformas nenhuma. É altura de as começar. **A inflação está a subir na zona euro e no espaço de 24 meses o BCE vai parar o programa de compras e vai subir as taxas de juro. E nessa altura poderemos não ter dinheiro para pagar os juros da dívida que temos.**

Paulo Ferreira

Daniel Bessa, se calhar temos estabilidade porque não temos reformas?

Daniel Bessa

O tema não é tanto ser de esquerda ou ser de direita. Há espaço para políticas mais à esquerda. Uns gostam, outros não. O que não há espaço é para desvalorizar a fonte de criação de valor. Aí é que não há espaço para ter uma política meramente distributiva e que desvaloriza a criação de valor. Que só pode vir do sector privado. E sobretudo do sector privado aberto à concorrência internacional. Desse ponto de vista considero que a agenda em Portugal é bastante negativa.

Esta coisa de taxar as pessoas que comprem as casas, ou que as têm, e as rentabilizam alugando os quartos, não passa pela cabeça de ninguém. Perguntar aos empresários se estão contentes ou não, não adianta. Sabe porquê Ricardo? Esta aprendi à minha custa. Um dia fizeram de mim ministro da Economia. E foram perguntar aos empresários se achavam bem ou mal. E eles acharam bem. Até que um senhor que já morreu, o senhor António Deli Magalhães Pinto abriu a boca e disse: “como é que eles não vão dizer que estão muito contentes, precisam dele”. E assim caí na real. Quem tem salários para pagar, dívida bancária para pagar, não anda aqui tão à solta e tão à fresca como eu ando. Portanto, tem de dizer que está muito contente. Que é que há de dizer?

Paulo Ferreira

Falando ainda de estabilidade política, Espanha esteve quase um ano sem Governo em plenitude de funções e cresceu 3%. O que é que eles têm que nós não temos?

Daniel Bessa

Sim. O crescimento não vem do Governo.

Ricardo Reis

Mas repare que Espanha tinha finanças públicas estabilizadas. Limparam as finanças públicas em 2000. O que tiveram foi o chamado sonho liberal. O Governo não esteve com ideias a tratar de políticas daqui e dali, a tentar subir impostos aqui e redistribuir para uns, tirar de outros. E a economia cresceu. O mesmo aconteceu há uns anos na Bélgica. Às vezes não ter governo é óptimo. Agora, no caso de Portugal, não ter Governo, e estar em campanha eleitoral, quando temos reformas urgentes para fazer em termos de equilibrar as contas públicas, seria muito pior. Mas se tivéssemos as contas públicas estabilizadas, doze meses sem ninguém inventar um imposto era óptimo.

Paulo Ferreira

Produtividade. A nossa baixa produtividade. Mas depois não podemos pagar mais impostos para sustentar um Estado tão grande...

Daniel Bessa

Vamos de novo às ideias do Vítor Bento. A economia não transaccionável não tem nenhuma pressão para ganhos de produtividade. Resolve o problema com preço. Que é o melhor que se pode ter. O sector não transaccionável da economia portuguesa desenvolveu-se com base em produtividades muito baixas e salários muito altos. Não há comparação entre as condições de remuneração que se tem na economia aberta e a economia fechada. A economia que está aberta está confrontada com rentabilidades que presumo que são muito baixas e ainda por cima tem a vizinhança, que agora não fazem muita diferença porque o desemprego atenuou muito isso, de diferenças de remunerações muito altas no sector não transaccionável, começando pelo Estado.

Paulo Ferreira

Mas esse reequilíbrio entre o sector não transaccionável e o transaccionável, até certo ponto, não está a ser feito já?

Daniel Bessa

Custa-me que tão poucos empresários em Portugal tenham orgulho em pagar bem. O Governo não se fez para apoiar empresas, mas para apoiar pessoas. As empresas são instrumentais. Vejo nas empresas uma forma de realizar objectivos que são superiores e que as transcendem. Onde houver rentabilidade faz todo o sentido pôr uma componente variável mais agressiva. Enquanto tiver rentabilidade tem de se pagar, se deixar de a ter deixa de o fazer. Sempre que tenho falado nisso não tenho sido bem recebido. Mesmo por gente que ganha dinheiro. E que faz gala disso mesmo. Mas não faz gala de pagar um pouco melhor. Não consigo perceber isso.

Paulo Ferreira

Há ainda umas mentalidades que não ajudam...

Daniel Bessa

A conversa mais organizada que tenho tido sobre este assunto é com o sector do calçado. Este sector é um motivo de orgulho para todos nós. Sobreviveu, deu a volta, tem o segundo preço mais elevado do mundo. E depois os salários? Não mexeu nada.

Paulo Ferreira

Nem com desginers e todos os jovens que entraram?

Daniel Bessa

Nesse topo talvez. Mas naquilo a que chamamos mão-de-obra não mexeu nada. Também o sector da cortiça não mexeu nada. Portanto, considero isso lamentável. A rentabilidade poderá pesar nisso, mas não é o único factor. A rentabilidade está lá. Anunciam resultados muito elevados e os salários nem na componente variável mexem.

Paulo Ferreira

E deviam acompanhar?

Daniel Bessa

Acho que deviam. Entre os objectivos de uma empresa tem de estar pagar melhor. Nunca poderia orgulhar-me de resultado nenhum que não incluísse uma componente desse tipo. Nos primeiros tempos do consulado Sócrates foi feito um trabalho com alguns dos maiores empresários. Foi pedido apoio ao António Lobo Xavier e a mim. E isto foi tornado público recentemente pelo senhor Alexandre Soares Santos, porque nunca se soube durante muitos anos. E nesse pequeno grupo, onde estavam alguns dos maiores empresários portugueses, insisti para que assumissem um compromisso público de dedicarem uma parte, não dos ganhos, mas do aumento de ganhos, à melhoria de remunerações variáveis. Fui cilindrado. Mercado de capitais, concorrência, e mais não sei quê e acabou ali. E não estamos a falar do calçado mas sim das maiores empresas portuguesas que não foram capazes, não sei porquê, de assumir um compromisso de, se tivessem resultados, pagar um pouco melhor.

Paulo Ferreira

A questão da qualidade da gestão em Portugal também tem de ser discutida e estamos no fórum indicado para isso. Há grandes diferenças com aquilo que vê lá fora?

Ricardo Reis

Há, com certeza. Havia uma que era muito forte aqui há uns anos, e que também fazia parte dos diagnósticos. Quando olhávamos para a gestão dos recursos humanos em Portugal víamos muitas fraquezas. A famosa expressão “pôr alguém na prateleira” é uma coisa impensável na forma de gerir bem um grupo de trabalho, mas era altamente recorrente em Portugal. Faço mea culpa. Considerava que essa situação era causada sobretudo por uma legislação

laboral muito rígida. Ou seja, não se podia formar equipas, flexibilizar equipas, e por isso tinha-se de fazer aquela má gestão de recursos humanos. A verdade é que já houve algumas mudanças na legislação laboral, no sentido positivo, nos últimos quatro anos. Ainda falta muito para termos um mercado laboral mais flexível. Espero, por isso, que essa pressão, em termos de mercado externo, aumente, mas os próprios empresários têm de fazer esse mea culpa e de perceberem que têm de melhorar muito a capacidade de gerir os seus recursos humanos. Para além disso, havia outra questão que tem a ver com o facto de termos empresas muito pequenas. Uma empresa muito pequena tem uma gestão de recursos humanos pouco formalizada.

Vou terminar, com uma história bem-humorada. Estive em Nova Iorque muitos anos e fazíamos, muitas vezes, jantares com portugueses ligados ao sector financeiro em Nova Iorque. Pessoas que estão na Goldman Sachs, no Bank of America, nos hedge funds... E à questão “Qual é a coisa que mais gostas por estares em Nova Iorque?”, todos eles diziam, “é o facto de todos os dias estar às seis da tarde em casa para dar banhos aos meus filhos e dar-lhes de comer”. Que é uma coisa normalíssima em Wall Street. Eu próprio estava em casa às seis da tarde para dar banho e de comer aos meus filhos, e não era por isso que era menos produtivo. Em Portugal é impensável fazer isto, devido à má organização do trabalho. Tens de ficar até o patrão ir para casa... as pessoas estão até às nove sem fazer nada... Isto é um problema de falta de gestão. Todas as pessoas que estão aqui à minha volta têm de “por esse chapéu”. Acreditem que as pessoas que estão em Wall Street são tão ou mais produtivas do que as que estão no BCP ou BPI ou Novo Banco. Estão em casa às seis da tarde e não parece que tenham problemas por isso. Há aqui alguma coisa que não funciona. Eu pensava que era a rigidez laboral. Mas a rigidez laboral diminuiu bastante e portanto não é só isso. Digam-me os senhores... mas têm de fazer melhor.

No sector de elite, onde é maior o esforço e é mais difícil monitorizar o trabalhador, vejo em Nova Iorque ou Londres ou onde for, o trabalhador estar em casa às seis e em Portugal tem de ficar até às oito ou nove, porque o patrão não confia nele e no esforço dele. Alguma explicação terá de haver.

Começa-se às oito. Das oito às seis. E depois trabalha-se em casa. Após o miúdo estar a dormir, por volta das 21h, ficava até à uma da manhã a acabar de trabalhar. Mas o meu patrão confia que eu vou estar a produzir e a gerar produto sem ele estar de olho em mim.

Daniel Bessa

Penso que a classe empresarial portuguesa tem que se dirigir à sociedade com uma agenda nova que incorpore algumas destas questões, porque precisa de concorrer com as agendas políticas que a vêem como inimiga e que sugerem à população em geral que se quiser algo tem de se virar para a Assembleia da República. Sendo certo que acredito que a classe empresarial tem algo para dar e a Assembleia da República não tem nada para dar a ninguém.

Paulo Ferreira

Vamos abrir a conversa à plateia. Peço-vos questões rápidas e curtas.



CARLOS COSTA | QUIDGEST

Dou os meus parabéns à AIP pela iniciativa. E ao Ricardo Reis, pois vejo ali na apresentação, pela primeira vez, a We Do e a Farfetch, empresas ligadas à tecnologia. Este é um debate ainda muito focado no passado. É o que estou a sentir. Focando-me no futuro, diria que as empresas que hoje no mundo fazem crescer a economia são empresas de software. Falou-se de imobiliário. Mas a maior empresa de imobiliário não tem imóveis.

Fala-se de bancos. Um banco é um computador. 80% das transacções financeiras são feitas por algoritmos. Este é o mundo em que vivemos hoje e em que temos de viver amanhã. É esta reflexão que gostava de lançar aqui e perguntar-vos o que pensam disto relativamente à alavancagem da nossa economia. Porque estou numa empresa de software portuguesa e estamos a exportar. E de que maneira é que podemos juntar estas coisas, a criação de valor, no sentido de criar riqueza, e por outro lado, evitar que o estrangeiro possa controlar a nossa economia.

Paulo Ferreira

Qual o peso das exportações na vossa empresa? E quais os principais mercados?

Carlos Costa

Mais de 50%. Estamos na Jamaica, El Salvador, Timor-Leste. São mercados diferentes, mas não importa. No software o mundo é plano.

Ricardo Reis

Os sectores da nova economia percebem que o mercado não é Portugal. A terra é plana, na famosa expressão do Thomas Friedman. Gosto de ver empresas portuguesas que crescem a pensar nas exportações. Gosto de empresas portuguesas que vão à procura de capital lá fora, em vez de irem simplesmente até aos ‘quatro bancos que existem’ em Portugal. E isso hoje é a economia do futuro, como diz, uma economia globalizada. Parte da minha intervenção foi sobre esta maior abertura. Porque é que temos de falar de alguns dos pecados do presente ou do passado? Dou um exemplo. Se tiver necessidade de contratar engenheiros, e os engenheiros estão numa empresa ‘protegida’, dos não transaccionáveis, que lhes paga muito bem, porque têm uma renda capturada, terá muita dificuldade em expandir o negócio. Outro exemplo: se existe um sector financeiro doméstico, que não tem qualquer capacidade de apoiar nenhum projecto, que tenha capital intangível, que é tão importante hoje em dia... se não temos um sector financeiro dinâmico e ágil, torna-se muito difícil crescer.

Portanto, o sentido da minha intervenção é para compreender que hoje as empresas têm de vender no mundo, têm de procurar capital no mundo, mas, internamente, não podem ter o acesso à mão-de-obra condicionado pelo proteccionismo de alguns sectores.

Daniel Bessa

Quando o Dr. António Costa se referiu às novas condições da economia global e ao que é preciso fazer para estar nessa economia global, o exemplo melhor que conheço dessa adaptação e dessa resposta é a Fartetch.

O José Neves deu uma entrevista à Cotec que considerei fantástica. Difundimos pelos associados, acordei com a ATP [Associação Têxtil e Vestuário de Portugal] que também a divulgasse por todos os associados.

Paulo Ferreira

Só um parêntese, a Farfetch é uma plataforma tecnológica, com sede em Portugal, para venda de pronto a vestir em todo o mundo.

Daniel Bessa

Sintetizando, o José Neves disse, nessa entrevista, que a plataforma está em Portugal, nasceu em Guimarães. Que os

fotógrafos, pois a actividade da empresa precisa de muita foto dos produtos, estão perto do Porto. Há duas coisas que ele nunca teria resolvido em Portugal e por isso está em Londres: o financiamento e a comunicação e comercialização. Eu considero uma resposta fantástica, de avaliação da realidade, Ou seja, tenho os engenheiros informáticos, tenho os fotógrafos, mas não tenho financiamento, não tenho comunicação nem função comercial. Aqui está o que considero uma empresa global, que tira partido do país no que ele tem para oferecer e foi à procura da resposta para o que não tinha noutro lado. E disse ainda uma outra coisa que considere mortal. A ideia de tentar vender os produtos portugueses ao mundo em feiras feitas em Portugal é, com todo o respeito, ridícula. Não vem cá ninguém comprar coisa nenhuma. É preciso pagar-lhes para virem. Vêm a custo. O calçado acabou com as feiras em Portugal. O Manuel Castro dizia outro dia, vai a 50, 60 feiras no mundo por ano. Onde vão os compradores. Mas, pronto lá teremos de gerir essa imparidade. Porque tentar trazê-los cá.... Não vêm.



ALEXANDRE PATRÍCIO GOUVEIA

Gostava de perguntar ao Ricardo Reis, quando se referiu à necessidade da reforma do Estado, como forma de reduzir as despesas públicas, se chegou a pensar concretamente em que áreas do Estado, em que esse esforço, que é indispensável, é mais óbvio?

Ricardo Reis

Fujo dessa questão, fugi e vou continuar a fugir um pouco. Não queria que a minha intervenção fosse vista como uma opção política mais à direita ou mais à esquerda, de menos Estado ou mais Estado. Quero ter um Estado equilibrado, um Estado que recebe e paga sem ter de continuar com arbitrariedade de ano para ano variar a carga fiscal. Daí fugir propositadamente dessa questão. Isso iria reflectir as minhas preferências políticas, mais do que aquilo que é importante para a economia, haver estabilidade fiscal e contas do Estado estabilizadas e controladas. No entanto, dentro do Estado, e penso que é claro, foi uma discussão muito clara na última legislatura, continua muitas ineficiências. Não tem havido coragem para haver uma avaliação produtiva do que é que funciona e do que não funciona. E sendo assim, a reforma do Estado continua a ser adiada e continua a ser feita de “bocas” que vêm nos jornais. A mim choca-me.

Já falei da experiência que é falar com bancários em Nova Iorque. Vou agora referir o que é a experiência de comunicar com institutos públicos ou ministérios em Portugal. Faço bastante trabalho de investigação que ajuda serviços públicos, bancos centrais, etc. Falei várias vezes, em Washington, com variados departamentos da administração Obama. Nos governos modernos existe em cada um dos ministérios, um organismo que avalia o impacto das políticas públicas. Mais, há uma indústria inteira, ligada à consultadoria, que é contratada pelo Estado para fazer uma avaliação do impacto de uma política pública. Chegados ao fim da mesma, avalia-se se funcionou ou não. O que é essa avaliação? Não é escrever uma coluna para o jornal e dizer que a iniciativa do parque escolar foi uma desgraça, ou que o programa das novas oportunidades correu mal ou bem, e depois um jornalista descobrir um escândalo. Um candeeiro que foi mais caro... Não quero saber disso. Não é assim que se faz numa empresa. O que se faz é uma avaliação séria se correu bem o projecto. No caso do Estado é preciso haver uma avaliação relativamente independente, feito por uma consultadoria ou pelos serviços internos do ministério. É necessário fazer uma avaliação muito séria de quais eram os objectivos do programa quando o adoptamos. Que objectivos é que foram cumpridos. Quanto é que custou. Com que eficiência. Quais as ineficiências. Como é que vamos aprender para o futuro.

A avaliação das políticas públicas em Portugal está ao nível de África. Não há outro país europeu onde se constate a forma tão negligente de avaliação das políticas públicas. E por isso, porque não avaliamos, não aprendemos e não melhoramos. Nos últimos 15 anos tivemos várias políticas públicas inovadoras, o rendimento mínimo garantido, parque escolar, novas oportunidades. Enumero estas três, mas há muitas mais. Embora tenham sido programas muito pesados onde se investiu, e algumas até com âmbito experimental, em nenhuma delas houve uma avaliação séria. Não aprendemos nada com estas experiências. Choca-me a questão da parque escolar. A única avaliação que existe são relatórios infundáveis do Tribunal de Contas que mostram que a parque escolar até correu bastante bem, sem grandes irregularidades. Não

houve nada mais. Mas não é essa a avaliação que é necessária. O que é imprescindível é saber quanto custou. Custou mais, custou menos? Tendo em conta os objectivos, correu bem, correu mal? Qual a avaliação custo/benefício? Isto pode-se fazer? Obviamente que se pode fazer. O mundo inteiro faz isto. É preciso acesso aos dados, é preciso haver menos ideologia e mais humildade quando discutimos estes assuntos. Em relação às políticas públicas pouco se faz. Portanto, não lhe sei responder, mas a minha ignorância é baseada num facto evidente que é a falta de avaliação pública. É necessário levar a sério a avaliação das políticas públicas em Portugal, fazendo-a de forma séria e tornando-a algo que a sucessão de governos não possa eliminar, sobrepondo-se aos gostos da ideologia. E não ficarmos apenas reduzidos ao Tribunal de Contas que se limita, e é a única coisa para a qual tem mandato, a ver se os papéis foram submetidos em triplicado ou se a conta bateu certa. Isso não é uma avaliação de custo/benefício.

Daniel Bessa

Um breve comentário. Antes de avaliar, acompanhar, monitorizar e prestar contas. Gostava de relevar uma experiência que vi e que considero exemplar desse ponto de vista - talvez estejam na sala mais pessoas que a acompanharam de perto - que foi o plano tecnológico, nos tempos em o Carlos Zorrinho o dirigiu. Nunca tinha visto um programa tão bem monitorizado. Os responsáveis da equipa prestavam contas com imenso detalhe sobre o que estava previsto e o que tinha sido feito. Reconheço que estava bem feito. E cheguei a dizer, várias vezes, quer ao ministro Álvaro Santos Pereira, quer ao ministro Pires de Lima, que se queriam monitorizar algumas políticas, por exemplo, a re-industrialização, que era uma das grandes políticas do ministério, deveriam recuperar alguns dos responsáveis daquela equipa. De facto, nunca vi uma monitorização tão bem feita. E a outro nível, saliento também a do Carlos Moedas, no tempo em que foi secretário de Estado e monitorizou o programa da troika. Foi também um trabalho a que tiro o meu chapéu, muito bem feito.



RICARDO PINHEIRO LOPES | GABINETE DE ESTUDOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Concordo com a questão da avaliação. Uma coisa boa que a troika trouxe é que pô a nu a falta de avaliação das políticas públicas em Portugal. Não é só a monitorização que o prof. Daniel Bessa referiu, é a avaliação. E um dos grandes obstáculos a essa avaliação é o poder político, não tenhamos dúvidas em relação a isso. A questão que quero colocar tem a ver com o nível educacional dos portugueses e sobre formação. Formação profissional e em contexto de trabalho. Creio que é uma questão que nos dá algum optimismo para o futuro, porque o nível educacional teve uma recuperação extraordinária nos últimos quinze anos. Pedia aos dois oradores para falarem sobre isso e até que ponto consideram importante para o futuro da economia portuguesa.

Ricardo Reis

Acabo por concordar com a sua pergunta/afirmação. Houve um enorme progresso em termos educacionais em Portugal. Ainda há muito mais por fazer, continuamos com atraso, até em relação à Grécia. Continuamos no fundo da tabela na Europa mas recuperamos muito nos últimos 15 a 20 anos. Creio que isso tem de ser positivo e vai ajudar. Faltam muitas outras coisas. Mas, por exemplo, há 10, 15 anos em qualquer livro sobre economia portuguesa, a educação aparecia no capítulo 1. Hoje estamos aqui a falar há duas horas, sobre coisas negativas e o que deve ser melhorado, e a educação ainda não surgiu de forma proeminente.

Deixe-me ligar este assunto à avaliação das políticas públicas. Vamos falar do programa das novas oportunidades do engenheiro José Sócrates. Em teoria, um programa excelente. Temos um país onde as pessoas com mais de 40 têm num défice educacional brutal. Durante muito tempo falava-se que teríamos de esperar que essas pessoas morressem para serem substituídas pelos mais novos, que têm mais instrução. Bem, não vamos esperar que as pessoas morram, pois não podemos esperar 30 anos para crescer. Vamos tentar educar estas pessoas e trazer-lhes algumas competências. Educar pessoas, em termos profissionais, com 50 anos é muito diferente de quem tem 18 anos. E o programa novas oportunidades estava exactamente direccionado para isso. Diria, uma ideia excepcional. Na prática, correu bem ou mal? Não sei. Saiu nos jornais uma série de escândalos, uma série de curiosos que conseguiram o diploma e nunca

puseram lá os pés. Mas isto não quer dizer nada. Não é ciência, nem avaliação. Não é nada. São uns bitaites, umas histórias para vender jornais. O facto é que não sei se o programa teve sucesso. Por falta da avaliação, o que aconteceu foi que o governo caiu e como o programa estava muito associado ao governo anterior, fecharam-se as novas oportunidades. Isto foi um enorme erro? Não sei. Gostava imenso de saber. Mas um programa como as novas oportunidades, que educa as pessoas mais velhas, é crucial para acelerarmos o crescimento.

Por outro lado, critiquei publicamente, e muito, o actual ministério da Educação, como critiquei o anterior ministro Nuno Crato, pelo facto de tomarem uma série de medidas muito apressadamente, sem terem feito uma avaliação do que é que corria bem e do que é que corria mal. Isto, infelizmente, é um pecado normal de todos os governos, à esquerda, à direita, PS, PSD, CDS, de quem esteja no poder. É a ânsia de querer mudar coisas sem ter avaliado o que aconteceu no passado. Os números mostram que a paixão da educação – na expressão de António Guterres – funcionou. Nos últimos 16 anos melhoramos em todos indicadores, PISA, número de anos de escolaridade, em todos eles. Houve uma aposta portuguesa que funcionou, mas gostava de saber porque é que funcionou. Já sei que quando sair este ministro da Educação e vier outro, seja de que cor política for, vai mudar tudo outra vez. Seria preferível manter o que correu bem e mudar só o que correu mal, em vez de mudar tudo como acontece sempre.

Daniel Bessa

Para já, vou defender a honra. Não quis pôr a monitorização no lugar da avaliação. O Ricardo estava a falar de avaliação e eu andei para trás, para uma coisa ainda mais básica. Sem monitorização e sem um sistema de informação, não há avaliação possível. Na educação e na ciência há um sistema de monitorização, e de certa forma de avaliação, o Innovation Union Scoreboard, da União Europeia, que considero pôr a nu o que correu melhor e algumas coisas que correram pior. Por exemplo, na ciência, entre os 25 e os 35 anos de idade, e padronizado por milhão de habitantes, o número de doutores em Portugal é de 170% da média da UE. Por cada 100 doutores que a UE faz hoje, que tenham entre 25 e 35 anos, nós temos 170. Fantástico. Tiramos aqui o chapéu a Mariano Gago e a António Guterres e a todos os outros que contribuíram para esta situação. O pior resultado que temos nesse Scoreboard é o rendimento de exportação obtido por venda ou licenciamento de patentes. Agora não é por milhão de habitantes é por bilião de euros de PIB e nós estamos com 7% da média da UE. Portanto, nós transformamos 170 doutores em sete de rendimento.

Paulo Ferreira

Mas porquê? Ficam nas universidades e não fazem transferência de conhecimento para as empresas?

Daniel Bessa

Claro. E há um discurso benigno sobre isto. Estamos a fazer bem, só precisamos de pôr lá mais dinheiro e esperar que os resultados apareçam. Há aqui muito risco. Não estou certo que seja assim. E aqui está, de novo, o não transaccionável à cabeça. Estamos a fazer docs para pós docs. Rendimento: 7%.

Ricardo Reis

Há uma instituição do Estado que está a criar estes recursos de capital humano. Porque não estão a ser empregues pelas empresas? Já abordámos aqui alguns tópicos relacionados. Primeiro: O que é que são patentes? O tal capital intangível a que me referia. Ou seja, entrar num banco e dizer que quer pedir emprestado para poder investir numa patente. É uma tarefa difícil. Está aqui a patente como garantia... Muito difícil. Segundo: A gestão de recursos humanos de pessoal altamente qualificado é crucial. Não se lhe pode pagar muito pouco, nem o pode manter a trabalhar até às 23:00 horas, para criar mais patentes, porque não é assim que funciona. Trabalho criativo não se faz com 15.00 horas por dia. Terceiro: Gestão dos recursos humanos, reforma do sector financeiro, a viragem para as exportações. Uma patente para servir o mercado nacional é um desperdício de tempo. Não é preciso patente para este mercado. Quarto: O sistema de patentes, depende sobretudo da existência de um corpo jurídico em Portugal activo que saiba mexer no direito internacional, em termos de conseguir submeter uma patente para uma admissão. Quando contacto com advogados e com o sistema jurídico em Portugal encontro algumas falhas. O sistema é muito fechado. 'É a justiça portuguesa', 'é assim que funciona', 'são estes os procedimentos', 'é assim há 300 anos'. Dos sectores académicos que contacto, o menos internacionalizado da Academia portuguesa é o sector do Direito. Já sei que estou aqui a criar

imensos inimigos porque há imensos juristas em todo o lado. Não é nada fácil arranjar um advogado em Portugal que ajude a registar uma patente. É um sector que também tem de se abrir um pouco e ajudar as empresas a exportar.

Daniel Bessa

Vou mais longe. Se quisesse registar uma patente em Portugal, para com ela ir ao mercado mundial, a última coisa que eu escolheria era um fornecedor português. Não faz o menor sentido. Porque é um negócio de escala, de especialização. Não se encontra em Portugal um fornecimento capaz nessas áreas e conheço muitas situações em Portugal de grandes problemas de afirmação no mercado global, porque as patentes não estão em condições. O sector tem os seus formulários e os seus saberes. E se não se patenteia correctamente, não se está protegido. Refiro-me a algumas jóias da coroa, com produtos no mercado global, em muito mau estado por causa da má qualidade das patentes.

Ricardo Reis

Falta isso. E não é fácil transformar os doutoramentos em patentes quando não temos em Portugal um sector exportador jurídico para ajudar a criar essas patentes.

Daniel Bessa

A Cotec tentou fazer uma avaliação do desempenho das universidades na área da transferência. De acordo com um especialista da Cotec, se fosse feito nos Estados Unidos a avaliação era muito fácil. Basta saber quanto dinheiro se investiu em patentes e nas startups que vão explorar as patentes geradas nas universidades, e qual o retorno previsto. E o exercício acaba aqui. Em Portugal o que é que se reporta? O número de patentes. É um factor de custo. O eng. Belmiro de Azevedo costumava dizer "enquanto não há cash in, só há cash out". Quase todo o nosso reporte é de cash out. Nesta área é de cash out. Temos de perguntar às universidades não quantas patentes têm, mas quanto é que ganham com as patentes.

Se não formos ao ponto de perguntar quanto é que ganham no investimento que fazem nessas empresas, pelo menos que digam quanto tiveram de retorno do licenciamento.



ANTÓNIO NETO DA SILVA

Já aqui falamos na reforma do Estado e na avaliação de projectos quando são implementados. Creio que o problema fundamental está noutro sítio. Quero partilhar convosco uma experiência traumática que tive há 15 anos. Durão Barroso tinha ganho o partido em Coimbra, mas não era ainda primeiro-ministro. Tivemos um conselho nacional do PSD no Porto, no Hotel Palácio. Enquanto conselheiro nacional, resolvi subir ao palco e dizer, em poucas palavras, que era absolutamente crucial reduzir o peso do Estado em cerca de 1/3 porque de outra forma não haveria hipótese de Portugal levantar a cabeça. E era preciso reduzir em 10 anos para libertar os funcionários públicos e arranjar forma de eles se empregarem noutras áreas. Imediatamente Miguel Veiga, Dias Loureiro e Isaltino Moraes, enquanto "barões" do PSD, pediram a palavra e passaram à frente de todos os inscritos, como é normal nos partidos, para dizerem uma coisa muito simples.

Resumidamente: 'Neto da Silva você é tido como um bom economista mas de política não percebe rigorosamente nada. Se nós dizemos isso perdemos as eleições'. E depois o próprio presidente do partido, no intervalo, subiu e disse: "António, tu não podes dizer isso. Se isto sai lá para fora nós perdemos as eleições". E este é ponto crucial da reforma do Estado.

Daniel Bessa

Quando me referi ao problema da Assembleia da República, as pessoas se calhar pensam logo no Bloco e no PCP, mas não é só isto.



EDUARDO CATROGA

A escolha da composição da despesa, bem como da carga fiscal, na minha perspectiva, é que depende da visão ideológica dos vários partidos. Se analisarmos o problema do ponto de vista da capacidade da economia portuguesa, nos próximos 10 anos, pagar despesa pública, para termos um nível de carga fiscal minimamente competitivo, ponderando também a capacidade do Estado arrecadar receitas, para além dos impostos directos e indirectos e contribuições para a segurança social, chego à conclusão que, efectivamente, quando se fala em reforma do Estado, devia-se pôr um *guide line*. Para ter uma carga fiscal minimamente competitiva, tendo presente a capacidade das outras receitas, correntes e de capital, chego à conclusão que não se devia ter um Estado com um peso superior a 40% ou 42% do PIB. Ter 35% a 37% de carga fiscal total, entre impostos directos e indirectos e contribuições para a Segurança Social, mais 5 a 7 pontos de outras receitas, correntes e de capital, numa situação em que já temos a capacidade de endividamento esgotada.

Com a evolução da despesa, desde 95, atingimos o plafond. O Governo de que fiz parte deixou 41,8% da despesa pública no PIB. Claro que os juros, na época, representavam mais do que representam hoje. A despesa primária antes de juros era na casa dos 35%, 36%. Entretanto, fomos fazendo subir a despesa e atingiu 51,8% em 2010. Isto significa que chegámos a um ponto com 10 pontos percentuais do PIB de despesa pública a mais. Neste momento, ainda devemos estar nos 47%, 48%. Portanto, face à capacidade para uma carga fiscal minimamente competitiva e à capacidade de gerar outras receitas correntes e de capital, temos um excesso de despesa estrutural. Resta dizer que devíamos ter um Estado que não representasse mais de 40% a 42% do PIB. Admitindo que o PIB cresça a prazo para 200 mil milhões de euros, isto significa uma despesa pública total de X. É por aí que se deve começar a fixar este *guide line*. Os partidos políticos, seja à esquerda, seja à direita não querem falar disto, precisamente pela razão que o Neto da Silva apontou, mas esta é uma restrição técnica, em função do estágio actual de desenvolvimento do país e em função da carga fiscal, para sermos minimamente competitivos na escala global. A ideologia devia começar na composição da despesa e depois também na composição da receita.

Paulo Ferreira

Como sabem, tem sido ao contrário.

Eduardo Catroga

É obrigação arranjar as receitas, para fazer face às despesas.

Para terminar queria dizer, que a questão chave está na qualidade do investimento e na qualidade da alocação de recursos. Se houver excesso de despesa pública e má despesa pública também prejudica a qualidade da alocação de recursos na economia. E para dinamizar o investimento produtivo, em sentido amplo, em todos os sectores da economia, têm de haver estabilidade política, e estabilidade de políticas e uma estratégia coerente. Não posso ter uma estratégia coerente com parceiros de uma coligação que não são coerentes no modo como vêem os desafios da economia global. O primeiro-ministro pode ter a consciência dos problemas da economia global, mas não há coerência estratégica no núcleo duro que apoia o governo. Isto vai influenciar negativamente a capacidade de implementar políticas para vencermos na economia global.

Paulo Ferreira

Em resumo, reformar o Estado não dá votos. Tem essa noção?

Ricardo Reis

Gostava de acrescentar algo às questões anteriores do dr. Eduardo Catroga. Houve um discurso muito pernicioso em Portugal que foi o não há alternativa à austeridade. Nunca gostei desse discurso. Esse é o discurso que alimenta o radicalismo: não há alternativa. Havendo um limite de despesa, ou de défice ou do que for, há imensa alternativa na composição da despesa. Este governo mostrou isso: tirou menos aos pensionistas, mas tirou mais aos trabalhadores

do sector privado. Tirou mais a este ou tirou menos aqueles. E ainda bem que assim é. Por isso é que temos eleições. O Dr. António Costa mostrou que há alternativa em Portugal em termos da composição da despesa. Tomando em conta, no entanto, exactamente como os governos anteriores, que há um limite técnico, diria mesmo um limite natural. Há aquela famosa frase do Adam Smith “as pessoas dizem que a economia é muito insensível às pessoas” e ele diz “a coisa mais insensível que conheço é a lei da gravidade, podes ser a melhor pessoa do mundo mas se caís partes o pescoço”. Há limites que têm a ver com a gravidade, têm a ver com o facto de as contas terem de equilibrar. Há um limite máximo que temos da despesa tendo em conta a receita e aí não há alternativa, da mesma forma como não há alternativa à gravidade. Em relação à composição de despesa, espero que passe mais para a opinião pública que há alternativa. Portanto, a opção de votar no PS, ou no PSD, ou seja quem for, é porque há alternativa nessa composição.

Daniel Bessa

Em primeiro lugar, está aqui o Miguel Cadilhe que muitas vezes insistiu no princípio do utilizador pagador e penso que não deveríamos abandonar isso, desde já, na reforma do Estado. Ou seja, é preciso reduzir, é preciso privatizar. Do ponto de vista profissional, há uma coisa na vida que me orgulho muito, é a Escola de Gestão do Porto. Hoje Porto Business School. Quando cheguei à escola de Gestão do Porto, ela tinha um financiamento que era de 98%. No dia em que saí de lá era de 2% de financiamento. Fizemos isso e não foi só na Escola de Gestão do Porto. Olhem para o que são as escolas de negócios em Portugal, olhem para a experiência dessas unidades que nasceram de comunidades públicas. A Escola de Gestão do Porto era pública. Dois dos dirigentes dessas escolas, o José Ferreira Machado, da Universidade Nova, e o Francisco Veloso, da Católica, são hoje dirigentes de escolas em Inglaterra.

Paulo Ferreira

Um sector globalmente competitivo.

Daniel Bessa

Melhor que isso só os treinadores de futebol. As escolas de negócio fazem bem.



ANTÓNIO COELHO | ESAC, ROC

No financiamento das empresas, há um ponto que não vi abordado e que considero importante, que é a questão da bolsa de valores e que penso que cá não está funcionar correctamente. É importante porque há poupanças em Portugal e há dificuldades na aplicação das mesmas. O que vejo é o curto-circuito entre essas poupanças e o financiamento das empresas.



HÉLDER REIS | PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Quero começar por agradecer o convite para estar aqui. O meu nome é Hélder Reis e quero dar os parabéns pela iniciativa e pela fórmula, que pelos vistos vai ser avaliada. Tem aqui o meu voto positivo para continuar a discutir desta forma. O diagnóstico foi muito bem feito aqui hoje. É verdade que, pelo diagnóstico que foi feito acabamos por concluir, provavelmente, ou então é má interpretação minha e perdoem se assim for, que uma das funções do Estado é a correcção de falhas de mercado. E dá a sensação que o Estado foi a falha de mercado em alguns dos pontos significativos. Isto significa que deve levar a alguma reflexão para futuro.

O segundo ponto tem a ver com a questão da despesa pública. Concorde com praticamente tudo o que foi dito, incluindo com a análise do Prof. Eduardo Catroga, da necessidade de definir um limite na despesa. E com o comentário que o Paulo Ferreira fez, de que o que se pratica é o contrário. Começa-se por definir a receita, fixa-se despesa, depois a receita não se consegue porque estava empolada e despesa vai subindo sempre mais que a receita e andamos nesta vida há uma série de anos, em défice orçamental, quando devíamos passar para excedentes para podermos pagar a dívida. Um dos problemas fundamentais da despesa, é o diagnóstico que não está feito, ou seja toda a gente diz que é preciso reduzir despesa do Estado, mas ninguém sabe onde, nem como. Esse diagnóstico que é preciso ser feito.

Outra questão tem a ver com a forma como o próprio Orçamento do Estado é elaborado numa óptica de despesa e não de custo. Ou seja, o que se vê, no dia seguir ao Orçamento do Estado 2016, quando calha em dias uteis, o que temos é um gráfico, que ocupa duas páginas de um jornal, com duas barras, a despesa realizada no ano anterior e a despesa prevista para o ano seguinte. Para se ver se subiu ou desceu? O ministro que tem a despesa a descer está condenado na praça pública, porque afinal foi aquele que teve menos poder e menos despesa. Quando, na verdade, o ministro devia ter mérito porque conseguiu reduzir a despesa pública. Conseguiu, ainda assim, fazer mais e otimizar e aumentar a eficiência da despesa pública.

Ricardo Reis

Em relação à bolsa de valores, temos o problema de haver uma perda de confiança, tendo em conta os escândalos dos últimos anos. Está também relacionado com a perda de confiança nos bancos, pelo facto de hoje ser muito difícil vender obrigações, novamente por causa dos escândalos. Essa confiança tem de ser ganha de novo pelos mercados de capitais em Portugal, incluindo bancos e bolsa. É um problema grande mas, por outro lado, as pessoas têm razão para se sentirem 'escaldadas', tendo em conta o que aconteceu. Por tudo isto, não me surpreende que a bolsa de valores esteja hoje com dificuldades.

Em relação à última questão, estou de acordo. O que é importante é termos uma melhor avaliação. Avaliarmos mais o Estado, para percebermos onde estão as 'gorduras', onde há ineficiências e onde é preciso cortar. Mas para fazer isso, o mais importante é termos órgãos independentes como o Banco de Portugal, o Conselho das Finanças Públicas, o Tribunal de Contas e mais alguns. Espero que a Presidência da República, no seu papel de garante das instituições, continue a defender as instituições independentes. E, se aprendemos algo nos últimos quinze anos, com as falhas do Estado, é que talvez devêssemos criar mais ou outra dessas instituições, ou então, dar mais poder às existentes, de forma a podermos fazer essa avaliação mais rigorosa do Estado e não só depois do problema ter acontecido.

Daniel Bessa

Uma das primeiras coisas que aprendemos quando entramos numa escola de Economia, é a história da restrição orçamental. Na área pública essa restrição não existe. Há uns meses, o secretário-geral do PCP foi ao Porto Canal ser entrevistado. O Júlio Magalhães convidou umas pessoas para lhe colocarem questões. Fui convidado a fazer-lhe umas perguntas. Concordei com quase tudo o que ele propunha. Mas coloquei três perguntas. Qual a carga fiscal que ele considerava desejável em Portugal? Qual a taxa média de IRS que ele pensava aceitável em Portugal? E qual a taxa máxima de IRC que ele julgava aceitável em Portugal? Foi o momento de maior incómodo que o senhor passou em televisão. Não respondeu a nenhuma destas perguntas.



ANA PAULA RAFAEL | DIELMAR

A minha pergunta tem a ver com os comentários efectuados sobre a produtividade. Gostava que comentasse o factor cultura de trabalho em Portugal. Gostava também que comentasse o factor desempenho e mérito, quer no público, quer no privado, bem como a capacidade empreendedora das universidades. E também a capacidade que as universidades têm de empreender e de ajudar as empresas a empreender.



HENRIQUE NETO

Apesar de concordar com quase tudo o que foi dito, vou ater-me apenas às discordâncias. O Daniel Bessa disse que o primeiro-ministro tinha a consciência da situação económica. Isso não é problema. Se tem ou não essa visão é irrelevante, porque a missão dele é sobreviver como Governo. E nessas circunstâncias o que é que pode ser feito? Há a estabilidade dos cemitérios e há o ciclo da estabilidade e da instabilidade. E, infelizmente, em Portugal o ciclo da instabilidade tem sido péssimo. A instabilidade vem no pior momento.

A segunda discordância, relativamente ao meu amigo Daniel Bessa, é sobre a inexistência ou existência do ministro da Economia. Se o Ministério da Economia tivesse dois objectivos e os levasse a sério, provavelmente poderia mudar a economia portuguesa. O primeiro era passar o peso das exportações no PIB de 40% para 60%. Porque sem 60% do PIB de exportações não há solução na economia portuguesa. A propósito: a melhoria que houve, em grande parte, foi do valor. Os sapatos portugueses hoje têm o maior valor a seguir aos italianos e os sectores que mais cresceram foram os mais valorizados. Portanto, há um factor de valor. Mas era relativamente fácil passar dos 40% para os 60%. E se o ministro da Economia fosse um evangelizador, faria este tipo de encontros – a propósito, o modelo é ótimo – com os empresários portugueses todas as semanas, para os pôr a falarem uns com os outros e a descobrirem entre si as soluções com algum sentido de direcção. Provavelmente, o peso das exportações portuguesas poderiam passar dos 40% para os 60%. Até porque temos das melhores condições europeias para o fazer.

Estamos no centro do Ocidente, no centro das rotas do Atlântico e à medida que a economia passa do Pacífico para o Atlântico, podíamos ser os mais beneficiados, apostando no investimento estrangeiro de empresas integradoras que aproveitassem a logística portuguesa para se projectarem as exportações para o mundo inteiro.

Ricardo Reis

É demasiado vago dizer que as empresas são mal geridas. Prefiro o trabalho científico, que já foi feito por professores de gestão e de economia, que foram às empresas e viram onde está a 'grande má gestão'. E a 'grande má gestão' é nos recursos humanos. É a cultura do trabalho. É a forma como se põem as pessoas a trabalhar, como se criam equipas, como se incentivam as pessoas, como se dão rendimentos variáveis, como se leva as pessoas a esforçarem-se e a trabalhar em equipa e a produzirem. Portanto, não podia estar mais de acordo que essa cultura de trabalho que é importante. Enquanto economista e por deformação profissional, penso em termos de incentivos, em vez de em termos culturais e penso em como isso se pode mudar. Tenho em conta a rigidez do mercado laboral e como é que isso interfere na capacidade que um bom gestor tem de incentivar as pessoas. E tenho presente também a rigidez do mercado financeiro, no sentido em que, se o gestor é mau e não gere bem a equipa, porque é que não surge outro, que sabe gerir melhor, consegue capital e o destrona da empresa, criando uma empresa alternativa.

Muitas pessoas em Portugal dizem-me “o meu patrão é terrível, gere muito mal a equipa, e estou numa empresa de exportação”. E a minha pergunta é: “mas se é assim tão mau, não sabes fazer melhor? Porque é que não te despedes e comesas uma empresa e lhe roubas a quota de mercado?” Isto é que é o normal acontecer. É assim que devia ser. Se ele gere mal substitui-o. E resposta que me dão é “nunca conseguiria financiamento, falta-me cultura de empreendedorismo”. Portanto, preferia que fosse através do sistema concorrencial que os nossos gestores fossem à falência. Porque foi isto que vi nos Estados Unidos, nos muitos anos em que lá vivi. Tal como em Inglaterra hoje em dia. É daí que vem esta inovação. De alguém que percebe que a empresa tem mau gestor, e abre uma companhia rouba-lhe a quota de mercado. É importante que não haja um Estado que proteja a empresa, de forma a que o concorrente não consiga entrar no mercado. Que seja possível conseguir o financiamento quando se vai ao banco, mas que o regulador não dificulte isso.

Em relação à cultura de empreendedorismo. Espero que o Airbnb e muitos outros novos projectos que tenham transformado muitos portugueses em empresários, também comecem a ganhar noção de princípios básicos de gestão e de equilíbrio contas. Nesta matéria, o trabalho das escolas em Portugal tem sido muito bom a todos os

níveis. Desde as que estão a formar gestores para o mercado internacional até às que formam gestores para mercado regional, as escolas de gestão em Portugal têm feito um trabalho excepcional, em termos de providenciar instrumentos de gestão para os empresários que querem investir neles. Nesse sentido, tem sido muito positivo.

Paulo Ferreira

Um comentário final.

Ricardo Reis

Acima de tudo a minha obsessão pelas exportações, mais do que 50% ou 60%, é uma opção por concorrência. Se a concorrência vier do meu empregado, que me tira fora do negócio é uma concorrência boa. Se a concorrência vem de um espanhol ou de um italiano e rouba o mercado, essa é sempre uma pressão boa. Daí o ênfase que atribuo às exportações. Não pelas exportações em si, mas pelo factor concorrencial. Pela pressão da concorrência que traz. Isso é importante numa economia moderna.

ANEXOS

Apresentação Ricardo Reis

INVESTIMENTO, BOM E MAU

Ricardo Reis
London School of Economics

Associação Industrial Portuguesa
Lisboa, 17 de Março de 2017

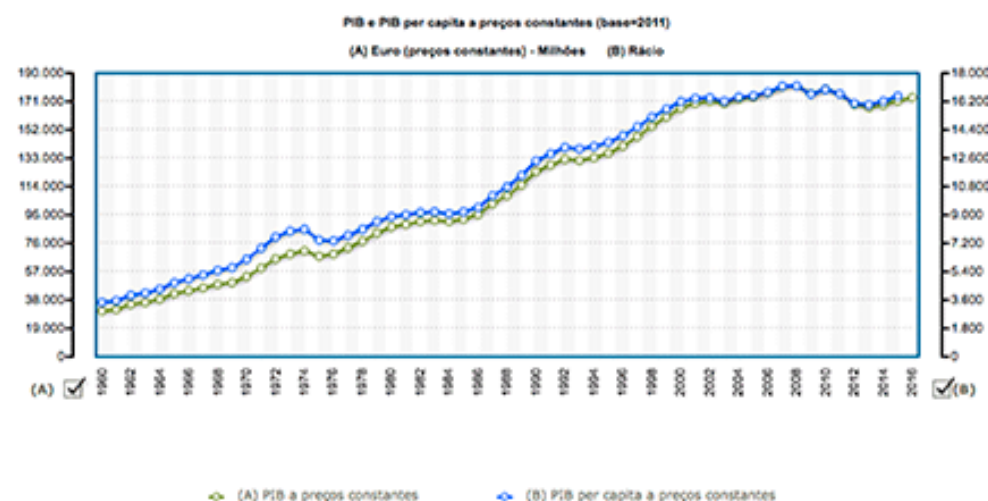
1

HIPÓTESES DOMINANTES

- **Vítor Bento:** Crescimento dos não-transaccionáveis
 - Criam rendas, permite falta de competitividade. Peso da protecção do Estado.
- **Ricardo Reis:** Má afectação do capital.
 - Entrada no euro: abre mercado de capitais europeu.
 - Sector financeiro: foco nas garantias em vez dos lucros.
 - Sector público: mantém vivas más empresas, proteger emprego.
 - Mercados: rigidez laboral.
 - Capital atrai trabalho, atrai protecção, e rendas.

4

A ESTAGNAÇÃO PORTUGUESA



Fontes/Entidades: INE, INE | BP, PORDATA

HIPÓTESES INSUFICIENTES

- O euro e a taxa de câmbio? China ou Leste Europa?
Problema: não explica mais de uma década.
- Baixa escolaridade? Justiça lenta? Práticas de gestão?
Problema: explica o nível, não a mudança.
- Despesa pública? Maus governantes? Cultura?
Problema: Não explica os casos da Irlanda, Grécia, Espanha, Itália.
- Falta de poupança das famílias? Falta de capital?
Problema: É consequência, mas não a causa.

3

O PRESENTE E FUTURO DO INVESTIMENTO

6

NEGATIVO 1: BANCOS

1. Sistema financeiro nos últimos anos

- Falta de confiança, financiamento de curto prazo.
- Adiamento do reconhecimento de imparidades causa a renovação de maus créditos, não financiamento de novas empresas.
- Regulador conservador: barreiras de entrada, falta inovação, lutar a batalha de ontem, enviesamento contra capital intangível.

7

A MÁ AFECTAÇÃO

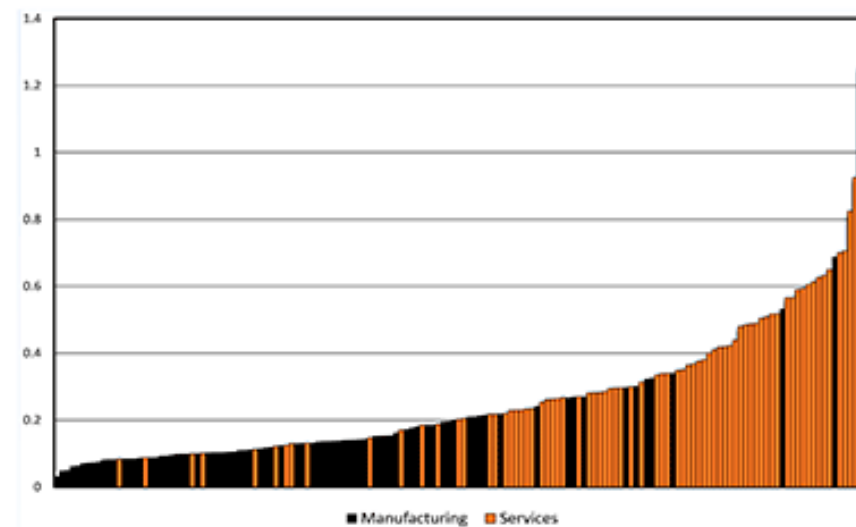


Figure 2: TFP gains from reallocation in 2008 - Final model

NEGATIVO 2: EMPRESAS

2. Empresas zombie

- Uma empresa com um grande peso de créditos anteriores, com imparidades não são reconhecidas.
- Não quer investir num novo projecto rentável. Retorno vai ser capturado pelo banco do passado.
- Grandes versus mini créditos. Falhar até conseguir versus censura pública.

8

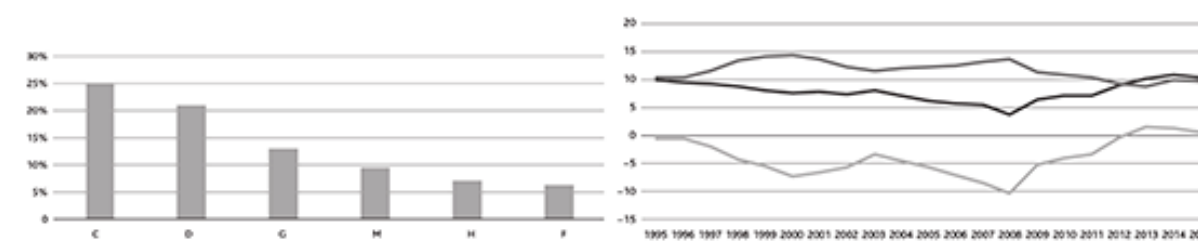
NEGATIVO 3: ESTADO

3. Pressão fiscal

- Enorme dívida pública e falhanço na reforma do Estado ou no controlo da despesa pública
- Todos os anos, novos impostos para equilibrar as contas.
- Fugir de investimentos taxáveis, de dimensão.

9

IRC E DIVIDENDOS



Alexandre Aguiar-Correia, Raquel Pereira (2017)

NEGATIVO 4: CUSTOS

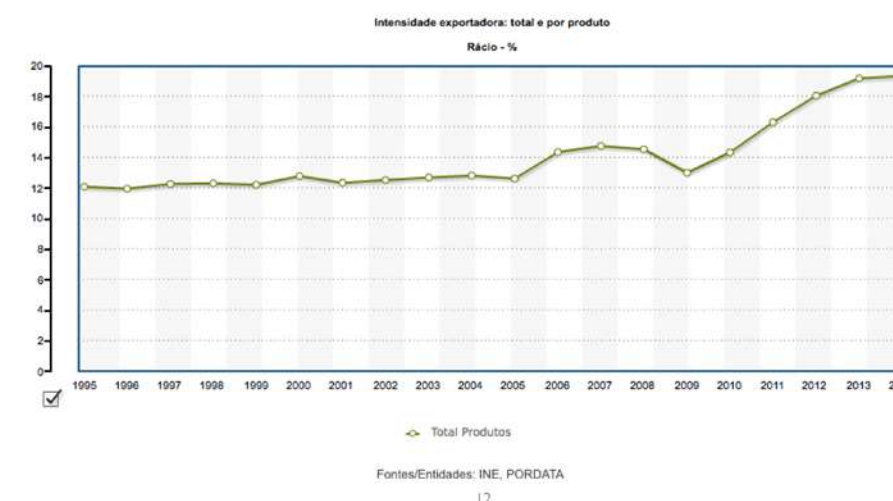
4. O IRC e a regulação

- IRC é um imposto sobre a poupança nas empresas. Porque é dupla tributação, desencoraja dividendos. Logo desencoraja capital inicial.
- Reforma urgente na UE. pressant dos EUA
- Regulação: ambiente, renováveis. Mas concorrência da China e do Reino Unido.

10

POSITIVO: VÁRIOS

I. Falta de procura interna obrigou a viragem para as exportações.



12

POSITIVO:VÁRIOS

1. Falta de procura interna obrigou a viragem para as exportações.
2. Tecnológicas: investimento na ciência, crescem procurando capital externo. Muitos casos de sucesso.
3. Empreendedorismo e re-afecção de recursos imobiliários.



14

POSITIVO:VÁRIOS

1. Falta de procura interna obrigou a viragem para as exportações.
2. Tecnológicas: investimento na ciência, crescem procurando capital externo. Muitos casos de sucesso.



13

POSITIVO:VÁRIOS

1. Falta de procura interna obrigou a viragem para as exportações.
2. Tecnológicas: investimento na ciência, crescem procurando capital externo. Muitos casos de sucesso.
3. Empreendedorismo e re-afecção de recursos imobiliários.
4. Sistema financeiro e intervenção do Estado?

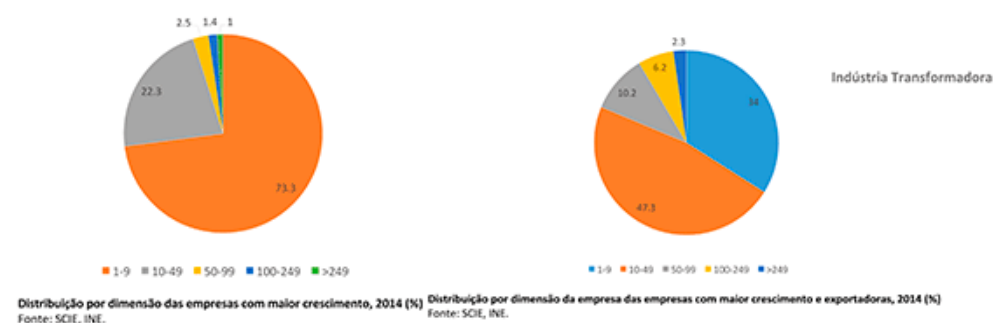
15

POSITIVO:VÁRIOS

1. Falta de procura interna obrigou a viragem para as exportações.
2. Tecnológicas: investimento na ciência, crescem procurando capital externo. Muitos casos de sucesso.
3. Empreendedorismo e re-afecção de recursos imobiliários.
4. Sistema financeiro e intervenção do Estado?
5. Crescimento das empresas

16

CRESCIMENTO DAS EMPRESAS



17

Alameda (2017)

CONCLUSÃO

Mau investimento:

- Enviesamentos contra: novas empresas, novos projectos em empresas antigas, capital intangível, longo prazo. sectores regulamentados.
- Regulação e impostos contra: inovação no sector financeiro, custo energia, poupança nas empresas

Bom investimento

- Exportações, financiamento externo, re-afecção de capital, crescimento das médias empresas, menos dependência do Estado.

18

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA
 CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Praça das Indústrias | 1300-307 LISBOA
www.aip.pt